

REVISTA ELETRÔNICA E-METROPOLIS

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950
E-mail: emetropolis@observatoriodasmetrolopes.net
Web-site: www.observatoriodasmetrolopes.net/emetropolis

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

A revista é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades. O conselho editorial é composto por professores de destaque na comunidade acadêmica e que selecionarão os artigos no formato *blind-review*.

Cada número se estruturará através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

EDITOR-CHEFE

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

EDITORES

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Juciano Martins Rodrigues

Marianna Olinger

Paula Silva Gambim

Renata Brauner Ferreira

Rodrigo de Moraes Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

FICHA TÉCNICA

nº 02 ▪ ano 1 | setembro de 2010

projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

capa

Clara Simas

revisão

Tamara Grisolia



imagem de capa:
Clara Simas

Clara Simas é estudante de design na
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

clrasimas@gmail.com

bufalos.tumblr.com

fluidr.com/photos/clra

EDITORIAL

Chegamos ao segundo número da Revista *e-metropolis*! Este número já conta com artigos e resenhas enviados pelos colaboradores e selecionados pelo nosso conselho editorial, especialmente para a sua composição, configurando-se como um passo a mais na consolidação da revista dentro do panorama das publicações acadêmicas no Brasil.

É caminhando nessa direção, e com o objetivo de discutir temas relevantes da atualidade para as metrópoles que a *e-metropolis* apresenta, a partir desta edição, a seção “mega eventos”. A idéia é ter sempre um artigo, entrevista ou resenha, que aborde o impacto dos grandes eventos na organização das cidades e na condição urbana de seus habitantes. A seção tem início nesta edição com o professor português João Seixas, que comenta os resultados da recente enquete veiculada pelo Observatório das Metrópoles a respeito dos mega-eventos nas cidades contemporâneas. Segundo Seixas, “*os mega-eventos trazem mega-questões*” que concernem à qualificação das cidades e da condição urbana de seus cidadãos.

Na seqüência, o artigo da pesquisadora Rosa Moura, doutora em geografia, que aborda o que ela apresenta como ‘cidades adjetivadas’, ou seja, espaços urbanos que passaram a se configurar a partir de um conjunto específico de características que definem suas qualidades e especificidades, atribuindo-lhes um perfil. O interesse da pesquisadora é investigar até que ponto a inserção de uma cidade neste raciocínio de origem empresarial não poderia tornar mais tênues os laços da cidadania, esta sim, a qualidade principal de uma cidade.

O artigo do cientista social Fábio Costa Peixoto também discute a questão da identidade urbana. Ao se debruçar sobre dois bairros, um do Rio de Janeiro e outro de Lisboa, o autor investiga o processo de preservação do patrimônio urbano nas duas situações, em especial no que tange à sua confrontação com as realidades contemporâneas. O imaginário urbano resultante deste diálogo entre ‘memória’ e ‘história’, ou seja, entre um espaço que se deseja preservar, mas que deve permanecer vivo dentro da cidade, é que fornece o eixo principal ao texto.

O texto seguinte, de Lygia Costa e Marcelo Ribeiro, trata de outra faceta das cidades: aquela que diz respeito às divisões do mercado de trabalho por gênero. O artigo procura estabelecer a estrutura de posições ocupacionais através da comparação das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, focando especialmente no papel que concerne às mulheres. Inicia-se com um levantamento histórico de sua posição no mercado de trabalho e revela, ao seu final, perspectivas promissoras para uma futura equalização das diferenças entre os gêneros.

Na entrevista desta edição, o professor uruguaio Fernando De Torres fala sobre o cooperativismo habitacional, tema que vem se tornando cada vez mais presente nas discussões brasileiras sobre moradia, já que se trata de uma maneira coletiva de pensar a questão do acesso à casa própria. O entrevistado fala

sobre as cooperativas uruguaias, traçando um panorama histórico de seu surgimento e ressaltando o seu papel no encaminhamento das questões relacionadas ao déficit habitacional do país.

Para fechar esta segunda edição, apresentamos duas resenhas. Na primeira, a antropóloga Cristiane Lasmar comenta o livro de Agnès van Zanten, “*L’École de La Périphérie: Scolarité et Ségregation en Banlieue*”, que se detém sobre a fragmentação urbana e as suas conseqüências no processo educacional. A segunda, feita por David Souza, aborda um texto clássico de Michel Foucault, ‘A construção histórica da idéia de verdade a partir do ordenamento jurídico’, que faz parte de seu livro “*A verdade e as formas jurídicas*”.

Neste segundo número da *e-metropolis* os nossos leitores poderão perceber que, além das seções que discutirão os mega-eventos, outras novidades farão parte da revista, como a criação da nossa capa: feita especialmente para a revista, que faz parte de um esforço de incorporar as imagens como parte integral da nossa publicação. Acreditando que as imagens possuem um estatuto próprio que vai muito além da sua utilização como meras ilustrações, temos a intenção de abrir espaço a elas, tornando-as elementos constituintes da linguagem da *e-metropolis*, junto aos textos e artigos. Nesta presente edição, além da capa, feita pela designer Clara Simas, as imagens comparecem também através do ensaio fotográfico do artista plástico Fabiano Cafure, que fotografou a ocupação de espaços públicos em metrópoles européias durante uma viagem de pesquisa em 2009.

Esperamos que esta segunda edição alcance o sucesso da primeira, e aproveitamos para agradecer aqueles que nos confiaram as suas colaborações e aos pareceristas que prontamente atenderam às nossas solicitações, deixando com vocês o resultado desta parceria. Desejamos, assim, uma boa e proveitosa leitura a todos aqueles que estão acompanhando o nosso percurso.

Até o próximo número!

- 04 Os mega-eventos na cidade: imagética social, política econômica e governança urbana
Mega events: social imagetical, economic policy and governance
Por João Seixas

ARTIGOS

- 10 Cidades adjetivadas: qualidade, paradigma ou produtos?
Adjectived cities: quality, paradigm or products?
Por Rosa Moura
- 15 Entre a memória e a história: uma comparação entre os processos de patrimonialização dos bairros de Santa Teresa (Rio de Janeiro) e Alfama (Lisboa)
Between memory and history: comparing patrimonialization processes in Santa Teresa (Rio de Janeiro) and Alfama (Lisbon) neighborhoods
Por Fabio Costa Peixoto
- 25 Estrutura ocupacional e mercado de trabalho feminino nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador nos anos 2000
Occupational structure and labor markets for women and Rio de Janeiro, São Paulo and Salvador
Por Lygia Costa e Marcelo Ribeiro

ENTREVISTA

- 36 Cooperativismo habitacional: uma experiência de vida
Housing cooperatives: a life experience
Com Fernando de Torres

RESENHAS

- 39 Perspectivas etnográficas da escolarização em uma periferia francesa. De Agnès Van Zanten
Ethnographic perspectives from education in a French periphery. Agnès Van Zanten
Por Cristiane Lasmar
- 42 A construção histórica da idéia de verdade a partir do ordenamento jurídico. De Michel Foucault
The historic construction of the idea of truth from the legal order. Michel Foucault
Por David Souza

ENSAIO

- 12 Fotógrafo viajante: uma experiência memográfica
The traveler photographer: a memographic experience
Por Fabiano Cafure



por

João Seixas

jseixas@ics.ul.pt

*Doutor em Geografia
Urbana pela Universitat
Autònoma de Barcelona,
Mestre em Urban Planning
na London School of
Economics and Political
Science. Professor do
Instituto de Ciências Sociais
(ICS) Universidade de
Lisboa.*

Os Mega Eventos na Cidade

Imagética Social, Política Econômica e Governança Urbana

Os resultados da última enquete do Observatório das Metrópoles mostram que existem importantes dúvidas em como os grandes eventos poderão efetivamente qualificar as cidades e a condição urbana dos seus habitantes. A partir desses resultados o pesquisador da Universidade de Lisboa, João Seixas, faz uma reflexão sobre análises críticas levantadas por diversos estudos acadêmicos e independentes que têm sido produzidos recentemente, apontando algumas condições para que os Mega-projetos possam resultar numa efetiva qualificação das cidades onde estes se desenvolvem.

Em seu artigo, João Seixas discute questões como a reconfiguração das políticas urbanas, governança e a imagética como potenciais ganhos advindos da realização de Mega Projetos. No entanto, o autor aponta para a necessidade de regeneração prévia ou paralela das estruturas sócio-políticas, de governança e de conscientização cívica da cidade, entre outras condições, para a realização das potencialidades de regeneração urbana por intermédio de Mega eventos.

Introdução

Os discursos e debates em torno dos mega-eventos nas cidades têm se revelado espelhos (mais que metáforas, pois a ligação é muito real) interessantíssimos da própria construção e crítica política e socioeconômica na cidade. Aqui parece concentrarem-se desde os mais vivos argumentos de exaltação cultural, expansão econômica e comunhão social, às maiores críticas de desvio de políticas, apropriação de riqueza e secundarização da própria democracia. Sim, os mega-eventos trazem em si mega-questões.

Os resultados da mais recente enquete do Observatório das Metrópoles mostram como existem importantes dúvidas em como – mais do que em se – os grandes eventos poderão efetivamente qualificar as cidades e a condição urbana dos seus habitantes. Mais de 50% das respostas mostram não crer em qualquer tipo de correspondência positiva; um terço destas consideram que tal correspondência é possível, mas somente se houver efetiva transparência, estratégia urbana e participação popular. Enfim, somente 1 em cada 7 dos respondentes crê em influências benéficas por simples efeitos de crowding-out e de externalidades quer de produção urbana quer de legado cultural e de capital motivacional. Estas respostas não são, evidentemente, base suficiente para grandes conclusões científicas – mas não deixam de espelhar muitas das mais recentes reflexões e análises críticas levantadas por diversos estudos acadêmicos e independentes que têm sido produzidos nesses âmbitos.

A Reconfiguração das Políticas Urbanas

As cidades são hoje caleidoscópios múltiplos e poliédricos – realidades cosmológicas já bem longe das clássicas e consideravelmente claras percepções do que era urbano, e de entendimentos e relações causa-efeito relativamente reconhecíveis num passado não muito distante. Sujeitas a crescentes pressões de múltiplas ordens, solicitando (e obtendo) mais responsabilidades, maior autonomia e maior visibilidade política, as cidades e suas expressões políticas tornaram-se objeto de significativas transformações nas últimas duas décadas. Um processo de importante recomposição da ação pública sobre as cidades e que está abrindo (mais do que consolidando, ainda) diversos tipos de caminhos.

Em simultâneo com estas fascinantes, mas inseguras aberturas, o reforçado papel das cidades (real e cognitivo) como agentes políticos tem igualmente colocado a política na cidade num lugar de crescente centralidade (inclusive mediática, como seria por demais expectável) no próprio contexto global das transformações da política e da sociedade como um todo. Como referiu Jouve (2004), “as políticas urbanas têm-se tornado, progressivamente, um espaço de recomposição do lugar entre a sociedade civil e a política”.

O governo urbano tornou-se (tal como a cidade) muito mais complexo. Uma complexidade que inclui agora não só a necessária atenção a uma vastíssima panóplia de atores (onde não poucos se confrontam em posições de competitividade por recursos e capi-

Com o anúncio da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil, criou-se uma expectativa na opinião pública em torno de uma conseqüente reestruturação urbana benéfica para a população habitante das grandes cidades brasileiras. Na sua opinião, os investimentos e as intervenções urbanas relacionados a estes mega-eventos esportivos corresponderão à tal expectativa?

Não, pois experiências anteriores, como os Jogos Pan-americanos, demonstraram que os benefícios oriundos de mega-eventos esportivos ficam sempre restritos a pequenas parcelas da sociedade, enquanto a maior parte da população é prejudicada.

41 49.4%

Sim, desde que haja transparência e participação popular nos processos de planejamento dos projetos relacionados aos mega-eventos esportivos.

28 33.7%

Sim, pois a infra-estrutura desenvolvida em função dos mega-eventos esportivos será sempre um importante legado para as cidades-sede e sua população.

12 14.5%

Não, os mega-eventos esportivos trazem apenas prejuízo para as cidades-sede e transtornos para seus habitantes.

2 2.4%

Resultado da enquete lançada no site.

tais de diversos níveis), mas também onde se conjugam maiores dinâmicas quer de energia quer de entropia urbana, com uma menor clareza na percepção das problemáticas (ou das fronteiras perceptíveis de ação), e uma maior dificuldade no controle e na avaliação das políticas e decisões públicas. Os receios de perda de entendimento do que está em causa – e, muitas vezes, mesmo do que está a ser feito – por parte dos agentes de governo, têm direcionado uma boa parte das propostas e exercícios de governação urbana para políticas crescentemente localizadas e de objetividade consideravelmente simples e direta. Uma objetividade simplificada na sua imagética e nas suas mensagens social e política, e na sua suposta capacidade de percepção, gestão e controle dos respectivos dossiers. Embora com evidentes elementos positivos e permitindo uma considerável objetividade na própria apropriação social e avaliação crítica de cada processo, a gestão urbana por projeto tem conduzido a uma relativa perda de capacidade de construção de estruturas estratégicas mais integradas, tanto para a cidade como para a sua própria política e governação – surgindo a maior parte das vezes apenas soluções de contingência e compromissos parciais.

A Imagética dos Mega-Projetos

Essas tendências da política urbana são terreno extraordinário para a força discursiva dos mega-eventos e dos grandes projetos na cidade. Na sua formulação, estes conjugam de forma muito objetiva e eficaz, uma série de elementos catalisadores de dinâmicas urbanas, das sociais às financeiras e das económicas às culturais. Por seu lado, propõem projetos concretos e facilmente perceptíveis, quer pelos principais atores político-económicos, quer pela população em geral. Uma combinação aparentemente imbatível.

O que são mega-eventos? São eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas. Falamos, sobretudo, de Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Feiras Universais (hoje mais conhecidas como Expos), ou ainda (em menor grau) Capitais de Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas. Têm-se colocado como uma das mais relevantes linhas de exaltação e de demonstração de hegemonia e de poder político-económico e cultural das nações e das cidades mais dominantes do planeta. Assim, se afirmando desde a era modernista de construção das nações, impérios e nacionalidades nas sociedades industrializadas – desde as exposições universais do século XIX e dos Jogos Olímpicos (re) iniciados em 1896. E, atualmente se amplificando

ainda mais, numa era pós-modernista de globalização da política económica, da comunicação e imagem, e da condição hedonista – e assim dando uma considerável preferência aos eventos desportivos, face quer a uma certa crise da ciência e dos diversos positivismo, quer a uma maior busca de relatos individuais e coletivos de sonho e de dramatização. Assim se permitindo a construção de símbolos marcantes nas esferas sociais, com uma força tecno-cultural socialmente transversal, das elites às classes mais populares. Cada mega-evento permite a consolidação de uma determinada temporalidade geracional. De forma notável, os mega-eventos combinam em si um duplo carácter de hub (centralidade nodular) espacial e urbano, mas também de hub temporal (Roche 2003).

A crescente valorização dos mega-eventos nas políticas urbanas corresponde também às tendências globais de alteração das cadeias de valor e das paisagens económico-industriais. Aos fortíssimos efeitos cognitivos e identitários e às correspondentes propostas de vanguardismo estético e arquitectónico, ligam-se ainda as atrás já enunciadas direções políticas de competitividade urbana e de catalização de energias urbanas (e da própria governança e do capital sócio-cultural) por meio de projetos e de parcerias público-privadas bem concretas e objetivas. Uma materialização bem visível da vontade dos governos urbanos para, com autonomia acrescida, se comportarem como verdadeiros governos globais – sendo assim acompanhados pelos governos centrais, pela sua muitas vezes única dimensão em que se envolvem de forma mais intrínseca na cidade.

Os Mega-eventos comportam consigo Mega-projetos. Projetos normalmente contratualizados entre grandes instituições públicas e privadas, quase sempre ligados a impactantes operações mediáticas, ligados a uma produção urbana de forte pendor imobiliário, de carácter e valoração arquitectónica muito moderna, e implicando avultados níveis de investimento financeiro, e de expectativas de retorno – elementos que se fazem repercutir, por sua vez, em elevados valores financeiros para a venda e/ou ocupação do edificado construído. São muitas vezes desenvolvidas estruturas paralelas e relativamente autónomas de planeamento e gestão urbanística, com considerável cunho de ‘soft zoning’ e de mixes de funções adaptados às perspectivas de investimento, propondo-se novas centralidades económicas e estratégias de atração de clusters económicos (tais como as TICs, a energia e o ambiente, a biomédica) e dando-se ainda uma grande relevância à mobilidade de escala regional e global. Por outro lado, tem-se dado muito pouca relevância às dimensões sociais, embora verifiquem-se propostas interessantes nos pós-even-

tos como a disponibilização de habitação social e a preços controlados ('affordable housing').

São assim estes projetos de escala elevada, cujas características e temporalidades exemplares procuram transmitir a perspectiva de obtenção de externalidades urbanas e de efeitos transformadores aos territórios, setores e escalas mais diversificadas das respectivas cidades. Embora Hall (1988) nos recorde que na cidade sempre existiram projetos de referência (desde as manifestações de opulência da Roma Antiga e passando pelos projectos urbanísticos racionalistas dos séculos XVIII e XIX), é manifesto que, hoje em dia, muitos políticos e planeadores urbanos pensam, tal como Ferreira (2005), que "a realização de grandes eventos (eventos 'marcantes') constitui – quando devidamente programada e integrada numa estratégia ambiciosa – uma oportunidade para desencadear profundas transformações nas cidades e nos sistemas territoriais".

Há que se referir ainda que tem sido no âmbito dos Mega-eventos que, em significativa medida, tem se contextualizado uma parte relevante do grande desenvolvimento do city marketing, ou mesmo do branding urbano. Na busca de atração de notoriedade e de investimentos, procura-se desenvolver uma determinada estilização imagética essencialmente virada para os mercados empresarial e turístico. É paradigmático o caso de Barcelona e a realização dos Jogos Olímpicos de 1992 quando, reconhecidamente, e para além do projeto urbano de cidade como um todo, se viu esta alcançada para um primeiro plano do mapa simbólico planetário, posição que exigiu e que tem exigido da cidade, simultaneamente, um elevadíssimo esforço de não excessiva cedência a determinadas lógicas de capitalização e de mediatismo – esforço esse sem garantia de ter sido conseguido, como se parece comprovar nas significativas diferenças nos processos e nos resultados referentes a outro grande evento realizado na cidade doze anos depois, o Fórum das Culturas (Albet, 2004).

A Governança dos Mega-projetos

Para além – ou justamente, perante a força – dos pressupostos e das justificações inerentes à afirmação dos mega-eventos e mega-projectos, há que dar ainda um importante enfoque analítico nas cruciais dimensões dos seus processos e desenvolvimento. Relembremos, tal como Guerra, que "hoje, as críticas às políticas e programas de 'produção de cidade' parecem ser mais sobre o seu accionamento do que sobre a sua concepção" (2003).

E, nestes âmbitos, a gestão urbana por projetos – quer por Mega-eventos e suas enormes forças

simbólica e política, quer por Mega-projetos e suas estruturas de produção urbana e de cariz fiduciário – tem sido objeto de uma importante série de análises críticas. Para além dos riscos de uma relativa secundarização das estratégias da cidade como um todo, retorquindo-se muitas vezes e de forma simples que os projetos/eventos devem servir as estratégias de desenvolvimento urbano, e não o contrário (Smith e Fox, 2007); os discursos críticos têm focado o excessivo domínio das perspectivas de valorização da propriedade urbana, bem como o controle da maioria dos processos e decisões por círculos restritos e comunidades políticas semi-fechadas, prosseguindo no seu conjunto estratégias pouco coletivas. Nestes âmbitos, afiguram-se particularmente relevantes as teorias dos regimes urbanos desenvolvidas desde os anos 1980, bem como as formulações mais recentes de regimes urbanos liderados pelo próprio setor público, não necessariamente com maior transparência e pluralidade. O professor da Universidade de Nova York, Neil Brenner, desenvolveu a formulação dos Glocal Competitive Stadual Regimes (2004), comunidades políticas lideradas por governos locais, muitas vezes movidas por projetos e simbologias socialmente apropriadas, estruturadas por formas de governança heterárquica e relativamente fechada. Nestes regimes urbanos, a prossecução de objetivos de um grupo específico de stakeholders (públicos e privados) acaba por originar a secundarização de objetivos sócio-urbanos mais colectivos e equitativos, bem como o não desenvolvimento de atitudes e de metodologias mais democráticas, desde processos de discussão pública, de participação e de envolvimento social, a processos de avaliação transparentes e a realização de cuidadas e independentes análises custo-benefício.

Assim, e contendo importantes doses de simbologia e de esperança espacial e temporal, a realização de Mega-eventos não deixa porém de estar sujeita a cambiantes ou apropriações que lhe configurem trajetos e sobretudo resultados distintos dos inicialmente perspectivados, mesmo quando (ou especialmente quando?) suportados por elementos com capital simbólico e discursivo enormemente poderoso. O risco é o de que no confronto entre as transformações em curso na política urbana e a redefinição dos contextos político e relacional – onde se revela particularmente difícil transformar estruturas vigentes e com interesses relativamente consolidados – outro tipo de enquadramentos e de relações de poder, distintos dos discursos, possam ganhar forma. Afinal, neste contexto de grandes mudanças e num caleidoscópio evolutivo complexo, onde apesar da abertura de uma série de possibilidades novas, muitas outras continuam fechadas, e onde muitas das propostas mostram

não deter uma base de enquadramento estratégico socialmente integrado e verdadeiramente democrático, que tipo de enquadramentos sócio-políticos se estarão a reestruturar nos territórios urbanos? Ou, se quisermos colocar a questão de forma mais direta, nesta era de compulsão simbólica, quem governará, afinal, as cidades?

Luzes e Sombras dos Mega-Eventos como Dínamos Urbanos

É inegável que muitas potencialidades de regeneração urbana por intermédio da força simbólica de Mega-eventos podem se tornar efetivamente reais. Porém, as análises ex-post de diversos Mega-eventos mostram que este tão desejado, mas afinal, relativamente pouco realizado cenário se sucede sobretudo se existe uma paralela (ou melhor, uma relativamente prévia) regeneração das estruturas sócio-políticas, de governança e de consciencialização cívica da cidade. Os resultados nestes casos são bem visíveis, até mesmo ao nível das perspectivas estritamente financeiras. Pois também, nesta dimensão há que avaliar os impactos a escalas amplas espaciais e temporais: a médio e longo prazo os resultados financeiros dos eventos têm deixado manifestamente a desejar, com sérios prejuízos acumulados especialmente para as autarquias locais que ficam a gerir os equipamentos, tendo já várias cidades equacionado a venda ou demolição de estádios inteiros. Os exemplos manifestamente positivos como o do já referido caso de Barcelona 1992 mostram a relevância da abertura e das estratégias integradoras nas esferas políticas locais, não obstante a especificidade de cada um destes casos – o que por sua vez também corrobora a grande importância da especificidade que deve haver em cada cidade e na sua própria construção, não banalizando propostas e processos. A construção sustentada de comunidades políticas urbanas e a consolidação do capital social e cultural numa cidade também se faz por projetos, evidentemente – e por muitos projetos, desejadamente. Mas há que atender à relevância vital de elementos (ou mesmo de princípios) sócio-políticos a construir e defender desde a formação destes.

Listaríamos assim uma série de condições para que os Mega-projetos possam resultar numa efetiva qualificação das cidades onde estes se desenvolvem: uma garantia de permanente transparência e debate em seu torno, não só na sua idealização como sobretudo na sua objetivação em sub-projetos e na sua construção e compleição; a inclusão destes nas estratégias globais e no planeamento urbano integrado da cidade; o compromisso do seu desenvolvimento como efetiva oportunidade para a cidade, priorizan-

do-se a prossecução de objectivos sociais e económicos de base equitativa face à sociedade e ao ambiente urbanos; a perspectiva destes poderem gerar uma boa mistura de impactos positivos em diferentes setores e áreas; de serem bem integráveis nas malhas urbanas envolventes e na cidade como um todo; de criarem, se possível, novas centralidades sócio-urbanas em conjugação com as existentes; de deterem um design urbanístico e arquitectónico demonstrativo; e ainda, de forma muito particular, de estar igualmente garantida uma gestão por objectivos com clara prestação de contas; e o seu desenvolvimento através de um modelo político e de gestão democrática, exigente e verdadeiramente orientada para objetivos urbanos (Borja e Castells, 1997).

As cidades são feitas de oportunidades, de direitos, de ideias e de relações. São locais de desejo onde se juntam fortes lastros de passado e ténues imagens do futuro, num desdobramento contínuo de mil e um projetos – dos Mega-projetos que marcam uma geração aos Micro-projetos ou mesmo Nano-projetos que compõem o nosso quotidiano. Todos são relevantes. Mas quando pensamos sobretudo nos Mega, e na sua vertente de festa e de celebração, há que atender com especial atenção ao fato de que o desejo na cidade deseja diferença. Deseja troca e relação – mesmo quando de política e de poder. Troca e relação a várias escalas e com várias propostas – da monumental à singular, da forte à ténue, à sutil, à cotidiana. O considerável esquecimento destas últimas terá sido o maior erro quer do modernismo funcionalista quer do capitalismo extremo – com seus eventos e projetos – muitas vezes se perdendo intrincados helicoidais do DNA urbano, normalizando e banalizando. A diferença, em cada janela de espaço-tempo, é base da cidade – para se suceder desejo, sonho e ficção. Para se suceder a evolução.

Há assim que saber interligar as diferentes escalas dos espaços e dos tempos na cidade, não desgarrando os eventos e os projetos uns dos outros, nem a sociedade do seu próprio futuro. Eventos e Projetos sim, mas não apenas nos círculos fechados de alguns, nem somente nos espaços restritos dos investimentos nem nos tempos limitados da festa; mas muito mais nos círculos amplos da democracia, nos espaços vastos da cidade e nos tempos longos da sociedade – e do seu futuro.

BIBLIOGRAFIA

ALBET, Abel (2004) La cultura en las estrategias de transformación social y urbanística de las ciudades in Cidades, Comunidades e Territorios Nº 9: 15-25, CET/ISCTE, Lisboa.

- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel (1997) *Local and Global – Management of Cities in the Information Age* Earthscan Publications, Londres.
- BRENNER, Neil (2004) *Urban Governance and the Production of New State Spaces in Western Europe, 1960-2000* in *Review of International Political Economy*, 11:3, Routledge, Londres, 447-488.
- FERREIRA, António Fonseca (2005) *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (2003) *Tensões do Urbanismo Quotidiano* in *Portas*, Nuno, Domingues, Álvaro, e Cabral, João *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HALL, Peter (1988) *Cities of Tomorrow* Blackwell Publishers, Londres.
- JOUVE, Bernard (2004) *Introduction : Le métropoles au croisement de la globalisation et de la transformation du politique* in *Jouve, Bernard e Booth, Philip Démocraties Métropolitaines – Transformations de l'état et politiques urbaines au Canada, en France et en Grande-Bretagne* Presses de L'Université du Québec, Sainte-Foy.
- ROCHE, Maurice (2003) *Mega-Events, Time and Modernity. On time structures in global society* in *Time & Society* 12, N°1: 99-126.
- SMITH, Andrew e Fox, Tim (2007) *From 'Event-led' to 'Event-themed' Regeneration: the 2002 Commonwealth Games Legacy Programme* in *Urban Studies* 44 (5/6): 1125-1143.

Cidades Adjetivadas:

Qualidade, paradigma ou produtos?

Por Rosa Moura

RESUMO

Muitos adjetivos são atribuídos às cidades. Estariam associados às suas qualidades, sintetizando e descrevendo os traços mais íntimos de suas particularidades? Ou, sob práticas indutoras de procedimentos, voltados a virtualizar seu futuro? Entre outras práticas, estariam referendando uma condição de cidadania ou especulando a inserção em um mundo de negócios, no qual o território urbano se torna um atributo da competitividade e da consolidação de um projeto de poder? É o que se discute neste artigo.

Palavras-chave: Gestão urbana; Agenda urbana; Imaginário urbano; Cidade-modelo; Cidade simulacro.

ABSTRACT

A series of adjectives are attributed to cities. Would these adjectives be associated to the cities' qualities, synthesizing and describing its specificities? Or, under practices that induce procedures, aimed at the virtualization of its future? Among other practices, would it be legitimizing a condition of citizenship or speculating the insertion in a business world, in which the urban territory becomes an attribute for competitiveness and the consolidation of a project of power? This is what is discussed in the present article.

Keywords: Urban management; Urban agenda; Urban imaginary; Model city; Town simulacrum.

Rosa Moura

rmoura@pr.gov.br

Doutora em Geografia, pesquisadora da rede Observatório das Metrópoles e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), atuando na equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná.

Novos Adjetivos Para Novos Conteúdos da Cidade

Pode-se admitir que a rapidez das transformações no ambiente urbano altera a natureza de muitas cidades. Na busca de caracterizar os resultados dessas alterações, muitos teóricos passaram a adjetivar cidade pelos seus novos conteúdos. Alguns adjetivos apreendem os traços comuns das morfologias modificadas; outros descrevem as transformações na forma espacial em sua diversidade e especificidade pertinente a cada lugar e momento histórico; outros ainda se voltam a anunciar tendências. Tal adjetivação ora funciona como síntese teórica de fenômenos inconclusos que aciona um debate acadêmico esclarecedor, ora como tópico paradigmático de uma agenda de gestão urbana que instiga práticas, algumas duvidosas.

Entre a imensa lista de adjetivos que qualificam cidade pode-se elencar os que se notorizaram pela sua especificidade histórica, como cidade global, cidade mundial, cidade pós-moderna; pelas novas funções que a cidade assume, a exemplo de cidade dos *bytes*, cidade informacional, *cibercity*, cidade flexível; por relações sociais, que resultam na cidade polarizada, cidade fractal, cidade inacabada; pelas formas de expansão física, levando à cidade desbordada (sem bordas), cidade difusa, cidade dispersa; pela sua articulação em redes, caso da cidade reticular, cidade-arquipélago (ou arquipélago urbano); e ainda, se não adjetivadas, qualificadas por prefixos que exprimem sua dimensão, tal qual hipercidade, megacidade, megalópole, neste caso, pressupondo relações intercidades; por se extrapolar e assumir a natureza regional, convertendo-se na megarregião ou na cidade-região global; e também por aspectos que transcendem a noção tradicional da cidade e projetam uma dimensão pós-polis, como propõem os conceitos de metápole, exópole ou pós-metrópole.

Tais adjetivos ou prefixos, mais que qualificar a cidade, traçam uma visão panorâmica de importantes mudanças sociais, culturais, econômicas, no urbanismo tradicional, e colocam em pauta alguns elementos que provocam essas mudanças, assim como salientam os seus efeitos socioespaciais, suas tensões e as perspectivas que seguem sendo alimentadas pelo ambiente citadino.

Adjetivações Intencionalizadas

Outros adjetivos escapam a conceitos e debates teóricos, advindos de agendas de gestão propostas por instituições multilaterais, particularmente voltadas à esfera municipal, que pretendem a valorização do local como espaço necessário às relações globais.

Essa valorização do local faz parte de um conjunto de procedimentos para torná-lo protagonista do desenvolvimento, minimizando as limitações inerentes dessa escala. Faz parte, também, de estratégias para obscurecer escalas intermediárias, como a metropolitana, imprescindíveis ao desenvolvimento, em benefício da bipolarização escalar: o global e o local.

Os novos adjetivos são introduzidos pela convincente retórica de *policymakers* que, sob exemplos de práticas bem sucedidas, experiências inovadoras ou modelos de cidades, vendem a possibilidade de a escala local compatibilizar políticas de promoção do crescimento econômico e valorização do solo urbano com a simultânea garantia de inclusão social, solvência e sustentabilidade. Mecanismos de governança pautados no consenso assegurariam a eficácia na implementação dessas políticas.

Entre adjetivos para a cidade, associados à boa governança, figuram sustentável, ecológica, habitável, justa, inclusiva, criativa, solar, saudável e, mais recentemente, vibrante. Longe de constituírem um sentido objetivo e historicamente aceito, tais adjetivos apreendem diferentes conteúdos e representações de cidade, que formam um ideário relacionado a um conjunto de práticas dirigidas à adaptação dos lugares às exigências da circulação global do capital. São noções que se introjetam no conjunto das diretrizes urbanas de inúmeros planos diretores municipais e nos pactos e acordos entre determinados segmentos sociais, mediados pelo capital, mas esvaziadas da dimensão política da produção do espaço urbano e das múltiplas possibilidades de construir alternativas legítimas de desenvolvimento e participação democrática, que tais planos e pactos devem pressupor.

Sustentável é um adjetivo bastante adotado. Entretanto, raras são as cidades que pautam seu planejamento e gestão na concepção de um desenvolvimento que equilibre as relações entre o ambiente natural e o produzido pelo homem, com o uso correto dos recursos naturais, da energia, tratamento dos dejetos, adoção de adequado padrão de produção e consumo, harmonizando a ordem natural com a garantia da equidade e controle social dos processos. A qualificação sustentável, saudável, solar, recorrentemente incorporada, mesmo que não se sustente conceitualmente, de fato funciona como um selo de qualidade que abre possibilidades para a inserção em grupos de cidades ditas conscientes do futuro. Consequentemente, abre também portas para financiamentos e investimentos, muitos dos quais socialmente excludentes e danosos ao ambiente.

O mesmo vale para os demais adjetivos: tornam-se desejados, inspiram o ato de alcançá-los a custo de

superações, segregação e mistificação. São frutos de um projeto hegemônico, que se renova e se capilariza auxiliado pelo eficaz trabalho de consultores e capacitadores para a gestão urbana local, que oferecem e instruem a composição de um produto com “resultados garantidos”. O *status* outorgado pelos adjetivos faz parte da adesão a esse projeto, e o cumprimento dos requisitos faz crer que se atinge uma condição que, por si, levaria à superação dos problemas urbanos.

Tais práticas se transformam em narrativas que disseminam a concepção de que as políticas urbanas poderiam capacitar as cidades para o êxito ante a competitividade interurbana. Mas, reduzem a dimensão, a amplitude e o conteúdo do que podem ser consideradas políticas urbanas à mera condição de estratégias para a inserção da cidade nesse mundo competitivo; para que construa uma relação entre o local e o global, segundo lógicas que são de interesse de grupos dominantes, desconstruindo as identidades do lugar e os interesses efetivos da coletividade.

Paradigmas e Modelos

Alguns adjetivos adquirem a aura de paradigmas. Trazidos ou impostos aos ambientes acadêmicos e fortemente ideologizados pelos veiculadores das agendas hegemônicas, transformam-se em marcos de referência para determinadas práticas de gestão. Casos exemplares, além de cidade sustentável, são os de cidade global e cidade-região global, que se converteram em expressões convincentes entre formuladores de políticas urbanas e regionais. Foram quantificados em listagens de indicadores de *performance* econômica e social, sintetizados em aspectos arquitetônicos fundamentais, entre outras

possibilidades comparativas. Traduzidos em valores e medidas, oferecem uma listagem de quesitos a serem cumpridos por toda uma sorte de cidades que buscam se tornar aptas ao ambiente competitivo da globalização da economia e atingir a imagem a qual o conceito remete. O atendimento ao *check list* desses quesitos desperta a acirrada concorrência entre algumas metrópoles que galgam ser inseridas nas classificações internacionais sobre cidades globais ou cidades-regiões globais. Mas não deixa de despertar, também, o anseio de centros em posição inferior na hierarquia urbana, para os quais o aparecimento em qualquer listagem de “melhores cidades para...”, pode significar um novo patamar de atratividade a investimentos, não importando o custo social e/ou ambiental decorrente.

Há estudos, na dimensão acadêmica, e estratégias de *marketing* urbano, na dimensão da gestão pública, que divulgam indicadores auxiliares a postulações e que se propõem a garantir a inclusão em uma posição privilegiada nesses *rankings*. No entanto, vestir-se dessas recomendações pode significar uma ruptura com a identidade local, a memória e os efetivos desejos da população. Sobre essa questão, Santos (2006), referindo-se às cidades globais, observa que “estamos sempre o-



ENSAIO

Fotógrafo viajante

uma experiência memográfica

Fabiano Cafure

fabianocafure@yahoo.com

www.wix.com/fabianocafure/fabiano-cafure

Esse ensaio é fruto de uma pesquisa do artista plástico Fabiano Cafure em seis metrópoles europeias, representando o olhar do fotógrafo sobre a dinâmica da vida urbana contemporânea nos espaços públicos, e nuances de momentos inspirados puramente pela percepção. Fabiano Cafure (Valença, 1979) é artista plástico, formado em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá; estudou Fotografia, Pintura e Desenho no *Washington College Liberal Art School* (EUA). Desde então, transita entre Brasil, EUA e Europa, estudando o ser humano; suas mais diversas expressões de arte e ligações com o mundo contemporâneo.

lhando para fora, buscando comparar e, o que é mais grave, para imitar” (p.22), pois a preocupação é apenas “fazer globais as cidades do sul para que sejam parecidas com as cidades do norte”. (p.22) Assim, a orquestração de indicadores torna-se fundamental na constituição do rol de atrativos locais, que nada mais são que intenções globais. Não obstante, indicadores favoráveis podem escamotear as contradições sociais que afloram em sua persecução, assim como as implicações em qualidade que emanam de um perfil urbano cada vez mais seletivo.

Observa-se nesse processo que as cidades se tornam mero palco de intervenções corporativas ou objeto de comparações acadêmicas, sem qualquer reflexão ou preocupação sobre a totalidade de seu espaço, sobre sua formação social. Tornam-se também alvo de trocas de experiências que, se por um lado poderiam enriquecer o processo de aprendizagem local, por outro, resumem-se a transposição de ações pontuais que não se encaixam, e cuja eficácia, na origem, deve-se a determinadas condições específicas daquele lugar. Delas, recolhem-se inovações de práticas urbanas que referenciam *rankings* e premiações voltados a materializar imagens virtuais, fundamentais à competitividade imposta pelo empresariamento da administração urbana (HARVEY, 1996).

Assim, estratégias urbanas em distintas geografias podem estar reproduzindo uma sequência de padrões que, mesmo sendo apresentados como inovadores e intrínsecos aos lugares, resultam fortemente da atenção aos requisitos internacionais de investidores que reorganizam as formas e o sentido do poder nas cidades.

No ápice desse processo incluem-se as cidades-modelo, veiculadas como construções decorrentes de ações locais, voluntaristas e da visão estratégica de governantes (SÁNCHEZ, 2003). A imagem resultante da modelização projeta a ideia de que o desempenho mais qualificado dessas cidades as desvinculam completamente do entorno, de sua inserção regional. A omissão das escalas que interagem no urbano é novamente acionada: a troca dos ingredientes da modelização cria uma rede de cidades que se igualam e se excluem do território, e abre um espaço de interlocução vertical, severamente prejudicial ao desenvolvimento e ao exercício de funções públicas de interesse comum – substanciais no caso das aglomerações metropolitanas, onde um conjunto de municípios comparte os verdadeiros fatores de seu desempenho.

Para a manutenção da imagem de modelo, a participação cidadã como prática essencial e substantiva se esvai frente à ordem do consenso, que se vale de canais que funcionam para assegurar

a adesão social ao projeto hegemônico, de maneira acrítica e reverenciadora. Coibe-se a cidadania, a diversidade, o dissenso e a participação democrática na tomada de decisões. Esse modo de planejar a cidade, impregnando-a sempre com novos adjetivos, introduz e naturaliza conceitos, pasteuriza práticas sociais e, por certo, difunde e coloca no mercado um produto tido como inquestionável.

Substantivação dos Adjetivos

A cidade enquanto espaço público e democrático de decisão política corre o risco de sucumbir em função de uma outra concepção de cidade que sintetiza a competição e a produtivização do urbano em detrimento do bem estar dos cidadãos. O êxito da cidade sob tal concepção se apóia em transformar o que antes eram políticas urbanas em estratégias, missão e metas quantificáveis e mensuráveis que confirmem sua ascensão em rankings e garantam sua visibilidade num mercado mundial de cidades. Suas qualidades são adjetivos soltos; seu objetivo sumário é tornar-se apta a investidores, para o que descarta a legítima identidade, coopta a cidadania, materializa um padrão urbano homogeneizado e se rende aos pressupostos e à mensagem explícita da agenda hegemônica, por vezes incorporada e reproduzida acriticamente nas esferas acadêmicas.

Tudo isso leva à naturalização dessa cidade e à substantivação de seus adjetivos. Tal substantivação se explica na essência do processo de formação da totalidade social, que se faz entre mistos de realidade e de ideologia (SANTOS, 1999). A ideologia produz símbolos criados para fazer parte da vida concreta, que ora tomam forma de objetos ora de discursos, tornando-a de fato objetiva, criando o próprio real. Esses símbolos se sustentam em estratégias interessadas de manipulação simbólica, que têm em vista determinar as representações mentais, expressas nos atos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos (BOURDIEU, 1989).

As bases das construções discursivas, que antecedem a construção das coisas, têm origem na ideologia hegemônica. Imbuídas por representações, induzem uma compreensão dos fatos, uma reconceitualização, uma ressignificação do real e, por que não, uma realidade densa de metáforas e fabulações (SANTOS, 2000), eufemizada, refém de um poder simbólico que é por si subordinado, traduzido numa forma transfigurada e legitimada de outras formas de poder (BOURDIEU, 1989). Essa realidade se impõe na sociedade e na cidade via produção de imagens, de



modelos, de paradigmas e do imaginário, contribuindo para que se reproduza e se naturalize um pensamento que se faz passar por único (SANTOS, 2000).

Como síntese das cidades resignificadas, metaforizadas, algumas se tornam simulacros, uma ficção de paisagem, de sociedade, da própria memória urbana. Espelham um urbano sem cidadania, alheio ao espaço e ao tempo precedente e presente, e este é “criado” na medida de suas necessidades (SOJA, 2002). Nelas, uma ação política exacerbada na produção do espaço é absorvida e se volta convincentemente para uma população abatida pela exclusão, amedrontada pelo crime e carente de novas e melhores imagens da vida. Intervenções de marketing e hiper-simulações da utopia urbana operam uma “refabulação ideológica”, dominada por formas subliminares

de regulação social e espacial, que manipulam a consciência cívica e as imagens populares do espaço e da vida urbana para manter a ordem, numa recomposição da consciência e do imaginário coletivo que afeta a vida cotidiana.

Por trás de adjetivos ou da condição de modelos e simulacros, a cidade qualificada pode se revelar um artefato para um projeto de poder, apoiado na especulação e em grandes empreendimentos; o anunciado civismo urbano pode encobrir a ausência da participação substantiva do cidadão, subjugada aos interesses de um segmento e ao próprio controle social; e a eficiência construída do modo de gestão dessa cidade pode ser meramente uma incorporação adjetiva, condicionada por um modelo político e ideológico, em prol de sua própria perpetuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa, Difel: Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1989.
- HARVEY, D. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento : a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates. São Paulo : NERU, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.
- SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SOJA, E. W. Postmetropolis: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

Entre a memória e a história

Uma comparação entre os processos de patrimonialização dos bairros de Santa Teresa (Rio de Janeiro) e Alfama (Lisboa)

Por Fabio Costa Peixoto

RESUMO

A representação do passado das cidades, percebida na prática discursiva dos agentes sociais promotores e gestores do patrimônio histórico, tem sido construída em meio às disputas pelo sentido da história. O principal resultado desta associação permite constatar que a identidade local funciona como um elemento aglutinador na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento a uma comunidade frente aos processos desestabilizadores da globalização da sociedade contemporânea. Selecionamos o bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro e o bairro de Alfama, na cidade de Lisboa para tratar das questões atuais referentes à preservação do patrimônio urbano no que diz respeito às invenções das tradições, a criação de símbolos e às transformações identitárias, ou seja, na sua função de estratégia representacional. O imaginário instituinte que identifica o bairro com um nome, uma comunidade e quase um monumento histórico, é tensionado pela emergência de novas territorialidades e sociabilidades decorrentes de projetos de modernização das cidades.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Lisboa; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The representation of the past cities, perceived in the discursive practice of social agents promoters and managers of national heritage, has been built amid disputes over the meaning of history. The main result of this association reveals that the local identity serves as a binding element in the structuring of the links that create a collective feeling of belonging to a community facing the destabilizing processes of globalization of contemporary society. We selected the Santa Teresa neighborhood in Rio de Janeiro and the Alfama district, the city of Lisbon to address the current issues concerning the preservation of urban heritage in relation to inventions of traditions, the creation of symbols and transformations of identity, ie in its function as representational strategy. The imaginary instituting that identifies the neighborhood with a name, a community, almost a historical monument, is stretched by the emergence of new territoriality and sociability from projects of modernization of cities.

Keywords: Memory; Heritage; Lisbon; Rio de Janeiro.

Fabio Costa Peixoto

fabiocope@gmail.com

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UERJ, Especialista em Sociologia Urbana pela UERJ, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Docente da SEE/RJ e da UNISUAM.

INTRODUÇÃO

“O patrimônio se situa entre a memória e a história”.

Jacques Le Goff, História e Memória.

Este artigo quer sugerir aos leitores uma abordagem crítica das múltiplas dimensões da construção do passado que, no plano do discurso, surge como detentor de valores que permeiam as classes sociais. Portanto, sugere uma apreensão plural da realidade social considerando os usos diferentes da memória e, conseqüentemente, as disputas entre as memórias coletivas como construções sociais imaginárias que orientam as ações de patrimonialização.

As discussões que iremos tratar neste artigo dizem respeito, em última análise, aos processos de patrimonialização marcados pela globalização em curso na sociedade contemporânea. Os discursos atuais acerca da preservação, restauração e revitalização urbana são então tensionados pelas antinomias espaço-temporais da modernidade, ou, dito de outro modo, nenhuma cidade atualmente pode almejar construir um significado próprio por meio de seu patrimônio urbano sem considerar a força globalizadora que influencia e altera o curso da história local e global. Tal processo orienta, inegavelmente, as práticas sociais sobre um determinado espaço e desvela os bastidores do jogo do poder no campo da disputa econômica, política, cultural e simbólica que permeia a preservação do patrimônio.

Os discursos dos agentes sociais envolvidos nos processos de patrimonialização ainda são marcados pela certeza da existência de um patrimônio histórico insubstituível; por memórias coletivas que encontram nos monumentos históricos que conformam a identidade dos lugares o referencial imagético das práticas e representações sociais. A noção de patrimônio nos remete tanto à memória quanto à história; a um território propriamente dito, real ou imaginado e, conseqüentemente, leva-nos a estabelecer os marcos da relação entre o tempo presente e o futuro que almejamos coletivamente. Os debates sobre a conservação dos bens patrimoniais indicam um movimento incessante de instrumentalização do passado, de criação de símbolos e, portanto, expressam visões plurais e estratégias políticas acerca da realidade social. Nesta perspectiva, o patrimônio urbano (na sua função de guardião da singularidade das cidades e de estratégia do desenvolvimento local) é uma representação desses ideais e adquire um lugar central na problematização dos processos societários contemporâneos.

Se “o passado é uma das dimensões mais im-

portantes da singularidade”, como afirmou Abreu (1998) ao analisar a valorização do passado das cidades, é nele que buscamos as origens das identidades sociais contemporâneas. Nesse anseio coletivo, a memória e a história constituem possibilidades de acesso ao passado. Não iremos, aqui, nos aprofundar nas distinções entre história e memória, e sim refletir sobre o sentido que o passado adquire para os indivíduos na contemporaneidade, sobretudo no que diz respeito à preservação do patrimônio urbano frente aos novos dinamismos econômicos e a própria transformação da identidade simbólica dos lugares. Nesta perspectiva, a memória coletiva, entendida como fruto das representações compartilhadas pelos membros de uma sociedade, adquire preeminência na constituição do patrimônio histórico e de novas dinâmicas locais, traduzindo, conseqüentemente, novas identidades e novas sociabilidades.

Em síntese, podemos dizer que a memória marca a permanência das tradições e costumes de um determinado grupo social. A lembrança proporcionada pela memória permite aos sujeitos reencontrarem as imagens de seu passado, prolongando o passado no presente. Quando esta memória se enfraquece, quando desaparece o grupo que lhe deu suporte, entra em cena a história, sendo então necessário institucionalizá-la (daí os “lugares de memória”, de Pierre Nora). Por sua vez, a história procura construir uma memória total (da nação, por exemplo), ao passo que a memória é sempre plural e parcial. Enquanto a memória busca identidades, durações e origens, a história sempre se ocupa do novo, da ruptura e da descontinuidade, dessacralizando o passado. Como articular, criticamente, essas duas dimensões para o estudo da história e da memória das cidades?

O caminho já foi indicado: “para se tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história no e do lugar” (ABREU, 1998, p.19). Conseqüentemente este artigo é um esforço de empreender tal tarefa na recuperação da história e da memória do bairro de Santa Teresa no município do Rio de Janeiro em seu processo de patrimonialização. Nosso objetivo principal é perceber as manifestações das memórias coletivas, constituídas em torno de recortes do passado, sobre a conformação do atual patrimônio histórico, cultural e arquitetônico deste bairro carioca em uma perspectiva comparada se utilizando o caso do bairro de Alfama na cidade portuguesa de Lisboa. Ela será realizada a partir de um longo trabalho etnográfico realizado pela equipe de Antônio Firmino da Costa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) realizada ao longo dos últimos 20 anos. Por fim, percebemos que as estratégias de

investimento associadas ao patrimônio urbano, além de revelar as forças sociais atuantes no campo das disputas pelo sentido da história, acabam redefinindo conceitos e concepções acerca da cidade, o que aponta para a necessidade de revisar as noções tradicionais de urbano.

O Patrimônio Urbano

Discutir a questão do patrimônio é uma tarefa árdua principalmente pela necessidade de se considerar os variáveis presentes na definição do próprio conceito, ainda mais quando se consideram as dimensões histórica, cultural e arquitetônica. O grau de complexidade amplia-se exponencialmente quando se considera o papel que a memória social exerce nesta definição. Neste sentido, a memória coletiva adquire um papel importante, posto que, construída a partir de uma seletividade, torna-se também um resultado das disputas pelo sentido da história.

Para Ruben Oliven (2003, p.77), “o termo patrimônio – em inglês *heritage* – refere-se a algo a ser preservado e que, por conseguinte, deve ser preservado”. Nessa dimensão que contempla a herança material de determinada sociedade, preservar-se-á da destruição o conjunto dos bens arquitetônicos já não mais integrados nas nossas práticas cotidianas

Outra noção de patrimônio adotada por Nestor Canclini (1984, p.95) afirma que o “patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis”, sugerindo “um patrimônio que expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (idem, p.97). Conseqüentemente, esta noção mais dinâmica de patrimônio está profundamente associada ao conceito de cultura, onde se inclui hábitos, costumes, tradições, crenças e um acervo de realizações materiais e imateriais.

Em decorrência destas duas noções, podemos sintetizar que: “o patrimônio [passou a ser utilizado] não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, [ele] é bom para agir. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para

ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.” (GONÇALVES, 2003, p.27).

Este aspecto “antropológico” do patrimônio que queremos salientar funciona como um elemento que auxilia na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento comunitário e colabora para sedimentar o imaginário presente (...). Esse imaginário instituinte que identifica o bairro com um nome, uma comunidade (como se verá ao longo desse trabalho) e quase como já foi dita um monumento histórico é tensionado pela emergência de novas territorialidades e sociabilidades decorrentes de projetos de modernização das cidades. Nesta perspectiva, infere-se que: “a noção de patrimônio urbano histórico constitui-se na contracorrente do processo de urbanização dominante. Ela é o culminar de uma dialética da história e da historicidade que se joga entre três figuras (ou aproximações sucessivas) da cidade antiga” (CHOAY, 2006, p.158).



A Memória Urbana

Ao nos referirmos à memória, tratamos da memória urbana que é, de fato, o objeto que constitui o patrimônio histórico de Santa Teresa. Ao ampliar uma discussão ampla dos casos de Santa Teresa e Alfama e seccionar oportunidades e caminhos visando a construção de uma análise que possa, a partir de um estudo comparativo, refletir sobre a existência de uma memória urbana e mais se ela se constitui em um elemento agregador de um patrimônio urbano presentes em ambos os bairros (ABREU, 1998) realizou uma discussão sobre o que seria a memória urbana: ela foge a discussão clássica sobre memória social e se foca em torno do que ele denominou de memória

das cidades. Por memória das cidades o autor entende o estoque de lembranças “eternizadas”, frutos do passado que são perceptíveis na paisagem de um determinado lugar onde elas são re-apropriadas por segmentos da sociedade. De posse desta definição, distinguiremos a memória das cidades de outra, a da memória urbana que, por sua vez, Maurício de Abreu conceitua como “o estoque de lembranças do modo de vida urbana per se, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico” (ABREU, 1998, p. 18). Esta distinção é importante para a compreensão do papel da história no processo de resgatar a memória e, principalmente, os embates que decorrem do ato de resgatar o passado de um determinado lugar.

A história exerce, neste contexto, um relevante papel que é o de “desenterrar” o passado, mas com um viés mais reflexivo, especialmente no que se refere à percepção mais ampla do processo histórico. Recuperando as distinções entre história e memória, é possível afirmar que a história, isoladamente, só consegue recuperar o passado, mas não o lugar, um lugar sempre repleto de vivências e cotidianidades. Esta incapacidade da história de recuperar o lugar é derivada de sua dedicação ao urbano que Abreu (1998, p.19) definiu como tendo “o referencial, o abstrato, o geral e o externo” e que, no entanto, apenas um olhar mais detido sobre a cidade poderia recuperar a importância pretérita do lugar, pois é a cidade que diz respeito ao particular, ao concreto e ao interno.

A tentativa de recuperação da história e a memória de Santa Teresa pode ser compreendida a partir do patrimônio encontrado em Santa Teresa. No entanto, a mesma se encaminha para reduzir uma discussão ampla dos casos de Santa Teresa e Alfama e selecionar oportunidades e caminhos visando a construção de uma análise que possa, a partir deste estudo comparativo, refletir sobre a existência de uma memória urbana que se constrói em um elemento agregador de um patrimônio urbano presente em ambos os bairros. Ele motiva retomar, mesmo que brevemente, Maurice Halbwachs, em sua importância de conferir valor ao espaço como receptáculo da memória coletiva.

O espaço socialmente construído é signo da permanência das tradições, da continuidade das relações afetivas nele investidas. Segundo o autor, “o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço” (HALBWACHS, 1990, p.150). Este espaço seria a cidade, pois ela seria capaz de conferir aderência ao ligar os indivíduos, famílias e grupos sociais conferindo à memória um processo de cristalização na figura de seu patrimônio histórico,

cultural e arquitetônico.

A presença da materialidade do espaço reforça um sentimento de segurança e estabilidade, imprescindíveis à memória coletiva dos grupos sociais. Em Santa Teresa é o caso do Castelo do Valentim, o Parque das Ruínas e a antiga Casa de Laurinda Santos Lobo. Esse conjunto arquitetônico citado inclui os principais prédios do bairro bem como os três principais espaços públicos – os largos do Curvelo, dos Guimarães e das Neves – e importantes locais de sociabilidades e como um acervo um imenso “valor patrimonial” (COSTA, 2005) que funciona como uma das principais atrações do bairro.

Observando o caso de Alfama, notamos referências em torno de um patrimônio arquitetônico datado do início de sua ocupação entre os séculos II a.C e V d.C entre a encosta do Castelo até o rio Tejo, no núcleo do primeiro povoamento de Lisboa. Logo, a reflexão sobre o bairro de Alfama nos leva a considerar a história e mais, o processo de formação de uma cidade como Lisboa.

Então, analisaremos o bairro de Alfama utilizando-o como o ponto de partida para vôos mais longos como o de se pensar a própria cidade de Lisboa. O bairro de Alfama se caracterizou ao longo da ocupação muçulmana (entre os séculos V e VIII)¹ período onde se concentrou um considerável número de judeus representado pela própria Rua da Judiaria. No entanto, a retomada da cidade pelos cristãos no século XII, o bairro passou a se transformar em uma típica localidade composta principalmente por pescadores e outros indivíduos que trabalham em atividades afins. Este perfil se manterá durante as primeiras décadas do século XX, quando ele sofre uma pesada intervenção do Estado principalmente em sua dimensão simbólica.

O resgate do valor patrimonial do bairro como um todo, percebido por muitos como um museu a céu aberto, suscita uma questão relevante que diz respeito à ausência de uma utilização sustentável de seu patrimônio, tendo em vista o acentuado processo de depredação do seu acervo. A ineficácia das estratégias de preservação adotadas gerou um impasse em torno de como preservar, contrapondo de um lado, os órgãos responsáveis por esta tarefa e, de outro, os proprietários dos imóveis a serem preservados.

O patrimônio pode ser pensado através da ótica da invenção da tradição que indica um processo social de luta simbólica em torno do que deve ser

¹ O peso da influência da permanência muçulmana na cidade se nota através do próprio nome de Alfama, que advém de Al-Hama, que significa águas quentes ou fonte termal.

preservado. Os debates atuais reproduzem a lógica de mercantilização da cultura que, no caso de Santa Teresa, atualmente tem significado a vocação para o turismo. A premissa da “invenção das tradições” permite compreender a noção de patrimônio

concebe o autor do “caráter familiar, grupal, social da memória”.

Ao analisarmos alguns elementos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Santa Teresa propomos recuperar a história e a memória assim como a de Alfama, onde percebemos a presença de “instituições de memória” materializadas na paisagem e no cotidiano daquele lugar. Desta forma, estas instituições também auxiliam no processo de constituição da identidade do lugar, especialmente na instrumentalização dos usos da história e da memória. Assim, a associação entre “instituições de memória” e uma consolidada identidade local conferem ao bairro um potencial



favorável a investimentos voltados principalmente para o turismo.

histórico como construção social. Este processo é perpassado por uma idéia de “patrimônio genuíno” que indica uma seleção

de entre os inúmeros possíveis, focalizando de maneira privilegiada esta ou aquela época, este ou aquele elemento arquitetônico ou urbanístico, no conjunto virtualmente inesgotável de todos os que foram sendo construídos e destruídos, refeitos e modificados, num processo permanente, ao longo da história (COSTA, 2005, p.34).

Nesta perspectiva, a antiguidade torna-se um indício para se conferir “autenticidade histórica” ao que se pretende classificar como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Ela só é possível através do emprego da antiguidade aliado à memória, seja ela urbana ou coletiva. Esta última fixa a memória de uma forma mais ampla, posto que é viva e que esta vivacidade é fruto de sua própria definição apontada por Halbwachs (1990, p.42) como sendo “um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende ao indivíduo”. Este reforço da coletividade se apresenta através da valorização que

favorável a investimentos voltados principalmente para o turismo.

No que se refere às disputas pela preservação, também é importante destacar a existência de “memórias coletivas” identificadas em segmentos da classe média e alta e outra, nos segmentos populares. Elas são construções motivadas pelo fato de “ser impossível recuperar a memória de uma cidade em sua totalidade de memórias coletivas que tiveram a cidade como referencial” (ABREU, 1998, p.15) e que reflete na intensa luta simbólica, envolvendo os diversos grupos sociais que habitam o bairro.

A Construção da Identidade Local

Costa (2005) empregou o conceito de “sociedade de bairro” para compreender os fenômenos societários que ocorrem no bairro português de Alfama, na cidade de Lisboa, e do qual também nos servimos para pensar as novas sociabilidades do bairro carioca de Santa Teresa. Ao adotarmos este referencial para compreender os processos responsáveis pela construção identitária local, além de encontrarmos grandes semelhanças entre esses bairros, também percebemos que a noção de bairro torna possível a idéia de pertencimento e, conseqüentemente, a de comunidade.

A noção de bairro foi historicamente construída a partir de um processo de invenção, como nos diria

HOBSBAWM & RANGER (1984), por componentes da esfera pública, principalmente a municipal, para fins administrativos² e para delimitação do território, geralmente alvo de intensas disputas, pois possibilitava a posse ou não de poder político a nível local. O bairro então adquire centralidade, que, anteriormente, era exercida pela vila reforçada pela sua caracterização a partir do binômio interior/exterior em relação ao bairro.

Esta relação manteve-se e passou a singularizar o bairro através de relações entre protagonistas sociais situados dentro e fora do bairro, práticas entre ele e outros espaços, processos de comunicação e de formação de representações simbólicas efetuados como resultado de relações entre segmentos da população residente e outros agentes sociais externos ao bairro.

Os elementos que tornaram possível uma comparação entre Alfama e Santa Teresa foram: a malha urbana, o caráter materialmente fechado destes bairros (os inúmeros becos, as escadinhas e vielas apertadas) e a impregnação da vivência cotidiana pelas formas locais de identidade coletiva arraigadas nestas localidades. Em ambos os casos, a topografia é acidentada, divergindo apenas na localização dos bairros em relação à proximidade com o centro da cidade. No caso de Alfama, a sua localização está distanciada do centro enquanto Santa Teresa fica nos arredores do centro financeiro, possuindo até duas saídas no próprio centro da cidade. No que se refere aos outros elementos, os dois bairros possuem mais similitudes do que diferenças, principalmente devido à topografia em ambas as regiões ser composta por morros, e também em relação à complexidade das identidades coletivas.

Como consequência deste processo, o bairro ganha espaço como local de convivência e onde as relações cotidianas são construídas e se fortalecem, pois elas são formadas a partir de um sentimento de pertencimento, seja por ser o local de nascimento ou de moradia, seja por uma mera pertença de caráter afetivo ou via relacionamento com os moradores do bairro.

As relações de vizinhança se constituem em

² No caso carioca, a primeira divisão existente foi a de freguesias, que se dividiam em urbanas e rurais, no período do século XVI até o final do século XIX. Deste momento até 1918, a categoria freguesia suburbana foi adotada para designar regiões que possuíam ambas as características. A partir de 1918, foi adotada a divisão da cidade por zonas: urbana, suburbana e rural, permitindo a formação de unidades menores conhecidas como bairros, que devido ao intenso crescimento demográfico e de complexidade social, fomentaram a criação dos mesmos, locais onde indivíduos possuem raízes e onde se encontram, em diversos níveis, imersos em uma comunidade.

um importante instrumento societário que gerou uma nova coletividade permeada por várias redes de relacionamento social que atravessam o bairro. Conseqüentemente, a proximidade exercida pela vizinhança, mesmo contrariando a dificuldade de acesso via automóvel, aliado a diversos atrativos paisagísticos e simbólicos, acabam por incentivar a vontade de permanência de famílias de classe média e alta que ainda representam 70% da população do bairro. Estas famílias contribuem para a construção de processos interlocais, ou seja, “aqueles que estabelecem relações entre subconjuntos populacionais e espaciais da cidade”, estimulando “dinâmicas de constituição recíproca de identidades colectivas enquanto ‘bairros’ e num jogo de demarcações e inclusões identitárias” (COSTA, 2005, p.112-113), e que funcionam como um instrumento de conexão entre os diversos grupos sociais distribuídos na cidade, tanto no que se refere ao critério de divisão social quanto ao critério de ocupação do território.

Além das questões envolvendo o bairro e a idéia de vizinhança, a noção de “comunidade” se apresenta como uma forma de compreender a complexidade existente em Santa Teresa que, ao mesmo tempo em que é raro em uma cidade como o Rio de Janeiro, decerto a caracteriza como um bairro singular no contexto atual da cidade. Alfama também sofreu um intenso processo de patrimonialização principalmente com a intervenção do Estado Novo português. Esta intervenção é fruto do que Antônio Firmino da Costa denominou de “tese de manipulação”. Esta tese pode ser compreendida como um enorme investimento simbólico na busca do que o Estado Novo chamou de “História de Portugal” e do “povo português” em um processo bem semelhante ao ocorrido no Brasil. Então é possível afirmar que o bairro de Alfama, como o conhecemos hoje é fruto de uma intensa agência simbólica que resultou na criação da “aldeia mais portuguesa de Portugal” (COSTA, 2008, p.32).

Este processo levou a uma “referida estratégia de investimento simbólico, de caráter patrimonializante e folclorizante, teve de se confrontar, no seio de elementos afectos ao Estado Novo, com outras perspectivas, mais visadas para a demolição do bairro e conseqüente renovação urbana no local” (COSTA, 2008, p.36), o que aponta para uma nova questão, aquela entorno de uma representação social como nos diria Lefebvre.

Ao indicar para este caminho, podemos traçar paralelos bem interessantes visando dar continuidade a nossa análise. No caso de Santa Teresa, duas importantes representações sociais, sendo que uma delas foca a sua atenção no patrimônio arquitetônico

e cultural do bairro, encontramos grande semelhança com o caso de Alfama.

Esta semelhança se torna evidente no caso de Alfama ao associar uma relação simbólica entre espaço e a história da cidade de Lisboa de uma forma muito emblemática do que no caso de Santa Teresa e do Rio de Janeiro.

As representações sociais presentes em Alfama e Santa Teresa se cristalizam na figura que Antônio Firmino da Costa denominou como “valor patrimonial”. Em relação a Alfama, ele afirma que o valor patrimonial está localizado no conjunto arquitetônico como um todo e é onde encontramos uma incrível semelhança com Santa Teresa em torno de um conjunto urbano e um estonteante visual da bacia do rio Tejo e da Baía de Guanabara.

Esta noção é utilizada como referencial analítico por Zygmunt Bauman (2003) quando o autor analisa a vertente comunitária na sociedade contemporânea permeada por processos globais de deslocamento societário e que alteram as tradicionais estruturas societárias até então em vigor. Desta perspectiva, a noção de comunidade evidencia-se em Santa Teresa assim como o bairro de Alfama que possui uma singularidade baseada no fato dele ser um representante típico de uma cidade com um passado extenso e rico como é o caso de Lisboa. Esta possui uma homogeneidade bem maior que aquela encontrada em Santa Teresa, fato observado por Antônio Firmino da Costa, o qual ele denominou como sociedade de bairro, no qual:

se geram formas de identidade cultural especificamente assentes nas relações sociais locais e inscritas no cerne dos padrões culturais que, impregnando de modo constitutivos dessas relações sociais em toda a sua espessura, deles continuamente emergem. (COSTA, 2008, p.81).

Esta diferença em relação a estes formatos societários nos permite supor que, no caso de Alfama, se tornaria mais favorável a articulação dos diversos agentes sociais presentes no bairro, a partir do patrimônio e de uma identidade coletiva, em prol de uma resistência contra o processo de revitalização em curso.

Ao considerarmos o sentimento de pertencimento, especialmente ao considerarmos a valorização de um determinado “modo de vida” existente no bairro e que já constatamos ser uma representação social, uma “imagem urbana” e que também funciona como recurso potencializador de uma identidade coletiva que marca a singularidade de Santa Teresa assim como em Alfama.

Logo, a afirmação de Costa (2005) de que uma teoria geral da comunidade considera um nível específico de integração social, dado através de laços de vizinhança, de cooperação acentuada, auxilia-nos na compreensão do fenômeno comunitário existente em Santa Teresa, onde a noção de comunidade é aquela concebida por Bauman³. As reflexões acerca de

³ Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.



Alfama constatarem a existência de fortes princípios comunitários que fornecem indícios que nos possibilitam afirmar a existência de uma comunidade no melhor estilo baumaniano onde encontramos também um paralelo num outro conceito do mesmo autor o de “comunidade perdida”. Costa, ao considerar as profundas transformações sociais da modernidade, em particular no decorrer do século XX, deduz que o novo modo de vida urbano, cujo cenário tradicional foi marcado pelas grandes metrópoles, tende a extinguir as comunidades tradicionais e, em especial, as de bairro.

Este conceito também guarda uma enorme similitude em relação às considerações formuladas por BAUMAN (2003). O autor, em sua reflexão sobre os princípios norteadores da comunidade, possibilitou uma melhor compreensão de uma das conseqüências do processo de modernização que tenderia a extinguir as comunidades tradicionais. Destacamos o princípio de pertencimento a um determinado grupo, seja devido à proximidade espacial, seja por afinidades de interesses sociais, culturais e políticos específicos (e denominados *habitus* por Pierre Bourdieu).

Desse modo, podemos dizer que o bairro de Santa Teresa e o bairro de Alfama constituíram-se em autênticas comunidades, ainda que possuíssem mais de um *habitus* (identificados na diferenciação social entre as classes média e alta e das comunidades de baixa renda). Mesmo ambos sendo extremamente distintos, conseguem construir um sentimento de pertencimento mais amplo como se o bairro fosse uma “instituição” agregadora de diversos segmentos sociais distintos e ainda mais, como se fosse possível tirar o foco das contradições típicas do modo de produção capitalista.

Esta noção de comunidade apresentada por Bauman é fruto de uma concepção tradicional de constituição de agregação social que tenderia a ser substituída pelo conceito de identidade. Entretanto, olhar mais apuradamente sobre esta noção nos permite indicar alguns caminhos que podem auxiliar na tarefa de compreender melhor a relação entre comunidade/identidade.

Ao analisarmos o caso do bairro de Santa Teresa, percebemos que os princípios comunitários auxiliam na construção e na manutenção da identidade espacial ali existente. E, de certa forma, é possível incluir, em segundo plano, as diferenças sociais fruto de hierarquias sociais. Esta associação é reforçada por uma distinção que é “compartilhada por um grupo ou categoria de indivíduos suficientemente numerosos e determinados para merecer consideração (...) pois ela se tornam uma reivindicação coletiva” (BAUMAN, 2003, p.71) que se apresenta e se solidifica através de

diversas esferas e exemplos.

A nível de ilustração, citamos um fato ocorrido durante o carnaval 2007 como expressão do fenômeno societário “comunidade” presente em Santa Teresa. O Bloco das Carmelitas, a partir deste carnaval, decidiu não divulgar o horário em que o bloco sairia nos dois dias programados. O motivo alegado para tal atitude foi o excesso de foliões que acompanhavam o bloco. Tal decisão foi tomada para reduzir o número de participantes em uma tentativa de retornar a tempos em que apenas os moradores do bairro participavam dele. Deste modo, “a defesa do lugar [é] vista como condição necessária de toda segurança, devendo ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário” (...) podendo a comunidade – ser uma comunidade local, ou seja, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais” (BAUMAN, 2003, p.102).

À Guia de Conclusão

Após apresentarmos alguns elementos constituintes da identidade coletiva do bairro de Santa Teresa e de Alfama como as noções de “pertencimento”, “bairro” e “comunidade” que, de certa forma, auxiliaram na tarefa de compreender a identidade ali existente, bem como seu processo de patrimonialização, podemos tecer algumas considerações.

Para facilitar a exposição de algumas conclusões preliminares, analisaremos aquelas que se apresentaram em Santa Teresa e posteriormente aquelas encontradas em Alfama. Em Santa Teresa, percebeu-se a presença de uma “genuína” identidade coletiva, considerando esta “genuinidade” como fruto da representação do passado histórico e, conseqüentemente, de patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do bairro. Assim, a constituição da identidade local se relaciona diretamente com o “nascimento” e desenvolvimento inicial da cidade. Entretanto, esta identidade coletiva não é o resultado de uma homogeneidade social, mas sim resultado de distinções sociais que são expressas através de hierarquias e de conflitos sociais. No entanto, os atores tem logrado superar este empecilho, constituindo uma sólida identidade coletiva, o que necessariamente não ocorre em todas as unidades sócio-espaciais locais. Elas só são possíveis graças a uma determinada configuração social com referentes significativos de sentimentos de pertença, permitindo a criação desta identidade. Mas cabe ressaltar que esta identidade local não gera necessariamente um sentimento de pertença pautado em atributos sociais reportados ao território, nomeadamente a vizinhança residencial onde pelo contrário, a noção de vizinhança é percebida apenas

no interior dos dois principais segmentos sociais do bairro.

Mas, para efeitos de uma identidade que possa ser exteriorizada para além das fronteiras do bairro e para explícitos fins de atividades turísticas, ela enunciaria os padrões culturais desta população e seus reflexos como uma representação simbólica do bairro como “entidade coletiva”. Logo, a identidade local reforçada pela identidade cultural se torna partilhada, assim como ocorre na manutenção de um conjunto de atributos fundamentais, quer em sua amplitude no bairro e em sua intensidade com que ela é experimentada, quer nos conteúdos afetivos e cognitivos e relacionais nela investido, quer ainda nas formas simbólicas e nas práticas sociais em que se exprime. Conseqüentemente, se constata a presença de estratégias identitárias que são, contudo,

estratégias sociais que encontram na identidade cultural do bairro as condições de sua emergência, de estratégias sociais que recorrem de maneira explícita a identidade cultural [que no caso de Santa Teresa funciona] como uma referência privilegiada e argumento da legitimação dos processos desencadeados e, ainda mais, de estratégias sociais que utilizam os ingredientes relacionais e simbólicos desta identidade cultural como instrumentos centrais dos modos concretos de ação coletiva. (COSTA, 2005, p.480)

Elas são ainda capazes de gerar condições para uma agência transformadora apta a ser portadora da resistência frente a processos econômicos globais. Assim, o mais importante a ser ressaltado deste processo é a capacidade da identidade cultural de gerar efeitos sociais potencializadores de elementos básicos para a formação de protagonismos coletivos que possam romper com o intenso conflito que emergiu na esfera social e política do bairro de Santa Teresa.

Ao se referir sobre Alfama, notamos a presença de um forte sentimento comunitário associando uma idéia de pertencimento. Entretanto, os elementos que geradores deste sentimento são distintos daqueles encontrados em Santa Teresa. Em Alfama, encontramos uma considerável homogeneidade social, o que nos permite afirmar a existência de um *habitus* dominante e significativo no bairro que o caracteriza

como um bairro tipicamente popular, composto por trabalhadores em atividades portuária e de pesca, e de trabalhadores semiespecializados.

Outra característica que ressalta a o *habitus* local é a presença de moradores com um tempo considerável de permanência no bairro chegando a passar de



antigas gerações para as atuais auxiliando na solidificação da identidade local no bairro. O fado, típica dança portuguesa, se torna um dos elementos que fortalecem o bairro e sua identidade, possuindo diversos locais para a prática da dança se constituindo em um dos pontos turísticos do bairro.

A organização dos moradores do bairro é de se destacar quando mencionamos Alfama na figura da “Associação do Patrimônio e da População de Alfama” que representa como aponta o próprio site da associação: “a organização dos moradores antigos e novos, em uma postura crítica e atenta no processo de reabilitação urbana, o que nos possibilita afirmar que esta associação nos fornece indícios para uma organização intensa dos moradores em prol desta causa, o que reforça a presença de uma intensa identidade local”.

Ao observarmos atentamente dois casos, Santa Teresa e Alfama notamos uma série de pontos convergentes e divergentes no que se refere aos processos em curso no espaço social destes bairros.

Sobre as convergências podemos assinalar a existência de um enorme patrimônio histórico construído em ambos os casos como resultado de uma longa história no caso de Santa Teresa a partir do século XVIII e em Alfama, a partir do século V a.C, período em que tiveram um intenso processo de patrimonialização gerada por processos semelhantes, aqui pelo

Estado Novo português nos anos 1930 e pela ação do Estado e do capital “imobiliário-financeiro”⁴ nos primeiros anos do século XXI, no caso de Santa Teresa.

Já sobre as divergências, podemos apontar para a composição social dos bairros; os principais elementos da identidade local e o principal “atrativo locacional” encontrado em ambos os casos.

Alfama é caracterizado por uma considerável homogeneidade social, fato comprovado da maioria de seus habitantes estarem alocados em atividades de pesca e portuária, o que facilita enormemente a criação de uma identidade local incentivada por uma enorme integração social existente no bairro. Já em Santa Teresa, a heterogeneidade social dificulta a formação e a manutenção de uma identidade local, esta é reforçada por um rico e extenso patrimônio histórico e uma forte idéia de pertencimento.

O principal elemento estruturador da identidade local é o patrimônio histórico, como o fado, considerado sibilo nacional pelos portugueses, enquanto que em Santa Teresa, o principal elemento é um “modo de vida” típico do Rio Antigo, onde o patrimônio histórico é um elemento central neste processo.

E por último, em Alfama, o principal atrativo é a prática do fado, que simboliza, de certa forma, Portugal como nação e no caso de Santa Teresa, é o turismo, seja ele cosmopolita, seja ele reforçado pelo patrimônio histórico, cultural e arquitetônico.

Concluindo, a contraposição de experiências societárias tão distintas como Santa Teresa e Alfama apenas confirma a importância de se analisar espaços sociais díspares que em alguns aspectos guardam enormes similitudes como a origem e a identidade local. Então, a apresentação destes temas em casos como os de Alfama e Santa Teresa nos fornecem novos caminhos e discussões em campos como a da cultura e do desenvolvimento, por exemplo.

E, como último ponto deste artigo, urge mencionar os temas tratados neste texto serem cruciais para a construção de uma agência política capaz de enfrentar processos amplos e desestruturadores dos

modos de vida locais como é a globalização em seus mais diversos aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO / Editora Zahar, 1987.
- _____. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, ano III nº 4, jan. / jun 1998.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, nº 23, 1994, p.94-115.
- CHOAY, F. A invenção do patrimônio urbano. In: *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2006, p.155-179.
- COSTA, A. F. *Sociedade de bairro – dinâmicas da identidade cultural*. Lisboa: Editora Celta, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, pp.21-29.
- HOBBSBAWM, E. & TERRANCE, R. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 4ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, dezembro de 1993.
- OLIVEN, R. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R. e CHAGAS, M.(orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, pp.77-80.

Sites consultados

www.patrimonioalfama.pt

⁴ Grifo do autor.

Estrutura ocupacional e mercado de trabalho feminino

nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador nos anos 2000

Por Lygia Costa e Marcelo Ribeiro

RESUMO

Este artigo é uma análise sobre o mercado de trabalho para as mulheres nas Regiões Metropolitanas brasileiras, especialmente na RM do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador nos anos 2000. Este estudo ainda é composto por um esquema de classes próprio com 8 categorias ocupacionais. A princípio, como este é um estudo exploratório, as técnicas aplicadas foram cálculos de taxas absolutas. A base de dados usada foi a PNAD/IBGE, de 2002 a 2008.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho; Metrópole; Ocupação.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the labor market for women in the metropolitan areas of Brazil, especially in the metropolitan areas of Rio de Janeiro, São Paulo and Salvador in 2000. This study also consists in a class's schema based in eight occupational categories. The database used was the PNAD (Household Sample Survey), 2002-2008.

Keywords: Gender; Work; Metropolis; Occupation.

Lygia Costa

lygiacosta@yahoo.com.br

Doutora em sociologia pelo IUPERJ e pós-doutora no Observatório das Metrópoles-IPPUR/UFRJ.

Marcelo Ribeiro

marceloribeiro@observatoriodasmetroplites.net

Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorando em planejamento urbano pelo IPPUR / UFRJ.

INTRODUÇÃO

Neste artigo¹, buscamos investigar como a estrutura de posições ocupacionais de homens e mulheres nas Regiões Metropolitanas, em especial e em perspectiva comparativa, nas RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador, forma um grau de rigidez ou fluidez maior nas chances de vida na trajetória ocupacional dos indivíduos nas referidas metrópoles. Esta análise de inserção ocupacional se apresenta sob o interesse de avaliar algumas múltiplas opressões engendradas por variáveis que diferenciam as classes através de suas ocupações, afastando-se de uma perspectiva ortodoxa, de analisar apenas o status da ocupação (ex.: doutores, advogados etc.), e aproximando-se de uma leitura gerada pelas diferenças culturais e por variadas dimensões no cerne das ocupações, tais como as de gênero, educacionais e de renda, que, geralmente, são as fontes principais das desigualdades sociais.

No que se refere ao trabalho feminino, a importância das mulheres no processo produtivo não é um fato novo. O trabalho feminino encontra-se em um contexto histórico de luta e reconhecimento, que emergiu, de forma expressiva, a partir de um novo perfil para a força de trabalho nas indústrias, fábricas e outros setores. Quando a Revolução Industrial eclodiu, na primeira metade do século XVIII, na Inglaterra (derivada de um processo modernizante e de um desenvolvimento tecnológico que florescia nas fábricas e indústrias), observou-se a atração de uma grande massa de homens e mulheres que trabalhava na indústria caseira, no campo, para a cidade. A Revolução Industrial foi, portanto, mais que uma mudança no sistema de produção. Seu maior impacto deu-se nas condições de vida de estratos inteiros da sociedade, criando-se novos postos (emprego) para um número crescente de pessoas, sobretudo, mulheres, nas fábricas e nas cidades.

No entanto, as discussões sobre o trabalho feminino, e até mesmo infantil, como trabalho desvalorizado e diferenciado dentro do mercado de trabalho no período da Revolução Industrial e Pós-Industrial generalizam-se em torno dos conceitos de classe sob a sombra do trabalho masculino.

Dois séculos depois, no período em que se instituiu o taylorismo e o fordismo (produção e consumo de massa), foi possível perceber uma entrada mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho,

embora sua participação fosse relegada a serviços sem especialização e sem criatividade, enquanto o trabalho masculino era regular e geralmente gozava de maior prestígio nas grandes empresas. A seguir, com o esgotamento destes modelos de produção em massa, percebeu-se a inserção de novos paradigmas que remeteram as mulheres a um cenário diferente no mundo do trabalho, observando-se que as mudanças vieram diretamente do surgimento de novos valores, sobretudo da dinâmica das mudanças dos padrões econômicos e tecnológicos, que exerceram grande influência nas relações de trabalho e evidenciaram outras complexidades em torno do emprego e da empregabilidade feminina. Uma dessas complexidades vem se configurando até hoje em torno da relação entre educação e trabalho, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX, cuja ênfase foi dada ao caráter de competências correspondendo a um novo modelo, pós-taylorista e pós-fordista, de organização do trabalho e de gestão de produção (Hirata, 2000: p.133).

Ainda que a trajetória feminina no mercado de trabalho estivesse sendo rápida e bem sucedida, dados da OIT nos anos 90 revelaram que a participação feminina no mercado de trabalho Latino Americano tinha evoluído, passando de 22% a 34%, e no Norte da África de 8% para 21%. Nesse cenário, ainda seria preciso investir em muitas políticas de gênero para equilibrar o quadro de desigualdades laborais entre homens e mulheres. Para Lavinias (1996), as desigualdades de gênero estariam permitindo às mulheres, em meio ao processo de globalização, liberalização econômica e mercado competitivo, uma inserção no mercado de trabalho com uma mão-de-obra mais barata e, diga-se de passagem, sendo tão eficiente quanto a dos homens. Entretanto, não se pode deixar de observar que a participação feminina na produção social não se define apenas pelas condições impostas pelo mercado e estrutura do emprego. Antes, seu peso, também está mais claramente na sua posição dentro da família e dentro da classe social a que pertence. De acordo com o seu papel -filha, esposa ou mãe-, as mulheres vão estar ligadas ao mundo do trabalho e, considerando as oportunidades, definirão suas atividades produtivas. No âmbito dessas transformações o que se tem notado é a busca constante das mulheres por sua própria identidade no mundo do trabalho, mesmo que à sombra do mundo do trabalho masculino. A masculinidade do espaço fabril se reforçou por meio de muitos mecanismos culturais, como a estereotipação de certos trabalhos como exclusivo dos homens, com uma linguagem machista, e múltiplas simbologias e mitos persistentes no imaginário social e do trabalho

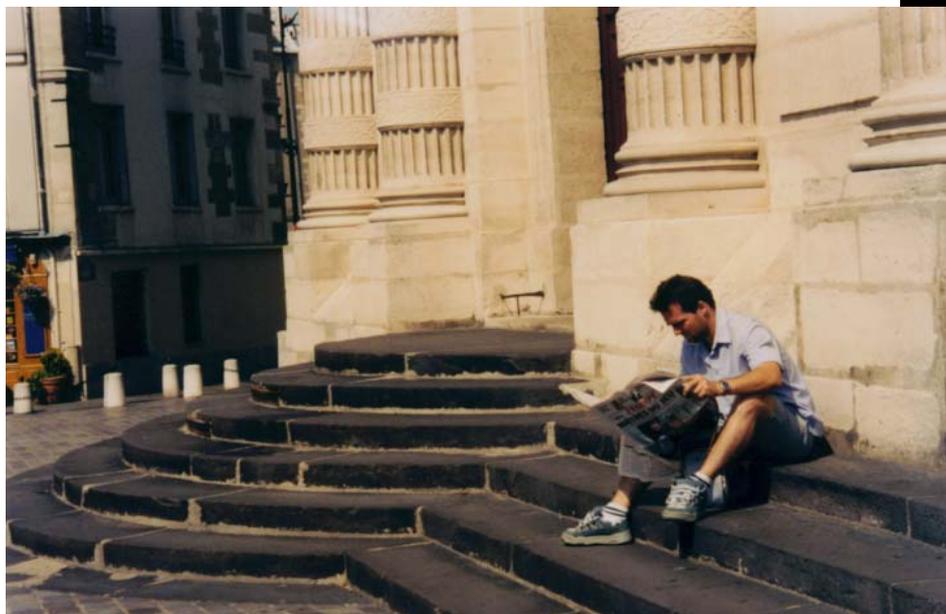
¹ Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa mais amplo que vem sendo desenvolvido por um grupo de pesquisadores, do "Observatório das Metrópoles" coordenado pelo professor Luiz César Queiroz Ribeiro (IPPUR/UFRJ), com apoio da FAPERJ.

(BOLETIM DIEESE, 1997).

Conforme Reygadas (1998), as mudanças de relações de gênero na organização da produção já estavam ocorrendo, no entanto, a organização do trabalho está permeada por relações assimétricas entre homens e mulheres, que produzem e reproduzem desigualdade e discriminação em prejuízo das mulheres, sobretudo, no que se refere ao trabalho remunerado. A ação das mulheres e a transformação das relações de gênero sobre a organização do trabalho têm passado quase despercebidas, ou seja, tornam-se invisíveis a eficácia reestruturadora que tem a crescente participação do trabalho da mulher e as mudanças das regras que regulam a interação entre os gêneros. Nesse sentido, os trabalhos ditos femininos e masculinos continuam a influenciar a cultura das organizações e as relações de trabalho. Com a entrada de novos processos produtivos, o mundo do trabalho para ambos os sexos tornou-se mais especializado no intuito de transmitir habilidades para outros tipos de competências exigidas cada vez mais pelas empresas. Reygadas acrescenta ainda, que as organizações não estão orientadas para as questões de gênero e sim de mercado: a maior competência, a diversificação da demanda. De outra parte, tendem a ser mais femininas, a tomar mais em conta os valores e significados que de maneira tradicional se tem vinculado às mulheres. Com isso, ele não quer sustentar que existam essências do tipo feminino e masculino, mas dizer que os processos históricos têm extraído construções sociais e culturais diferenciadas, que são adscritas a cada um dos gêneros e, ao fazê-lo, os moldam.

Por isso, para Abramo (1998), é preciso viabilizar dentro das cadeias produtivas em torno do trabalho, sempre uma questão de gênero. O sentido, então, é descobrir a mulher sempre que se fala de empresa, produção, trabalho e trabalhadores, o que significa repensar o próprio conceito de trabalho e as múltiplas realidades a ele relacionadas. Pensar gênero em algumas formas de trabalho tipicamente femininas (doméstico ou em domicílio) contribui para a ampliação da própria noção de trabalho nas sociedades capitalistas. De fato, a trajetória dessa visualização incorpora uma perspectiva de gênero que torna possível questionar as realidades de trabalho (e, particu-

larmente, os processos de diferenciação, diversidade, desigualdade, dominação, discriminação, exclusão e inclusão nelas envolvidos), permitindo incorporar variáveis como raça, idade, região e outras que também apontam nesse mesmo sentido. Não obstante, ao se tratar das realidades do trabalho ou qualquer outra realidade que necessite de mudanças, é preciso apontar, então, elementos que encaminhem as mu-



lheres a uma cidadania pensada e permeável, formada e informada pela simbologia de gênero, com suas referências construídas em torno de uma divisão social entre os sexos, sendo atribuídas características a homens e mulheres na unidade familiar. Além disso, não se deve esquecer que a discussão sobre os papéis em qualquer formulação exige que se avalie a capacidade de se oferecer garantias de convivência social.

No Brasil, algumas mudanças foram visíveis quanto às transformações de valores e padrões de comportamento da mulher inserida no mercado de trabalho como, por exemplo, a brusca queda de fecundidade, especialmente, entre as mais escolarizadas nos anos 80. Entretanto, entre as regiões pobres e ricas do país houve diferenças significativas; enquanto em São Paulo a atividade das mulheres sem filhos era de 49%, no Nordeste o percentual era de 30%; essa diferença diminuía consideravelmente entre as mães no Sudeste (33%) -região de economia mais formalizada e industrial- mais que no Nordeste (27%) (Bruschine, 1994). Outros fatores estão correlacionados a este fenômeno, como o desejo de desenvolver uma carreira ou a necessidade econômica, seja da ordem de equilíbrio nos rendimentos, seja em relação aos anseios de consumo. O que se verificou foi uma alteração no padrão familiar quando as mulheres se viram impelidas a trabalhar fora de casa

para aumentar a receita doméstica. No caso latino-americano, isso marcou necessariamente a expansão do emprego assalariado regulamentado, incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres.

Conforme Lavinias (1996), entre os anos de 1990 e 1993 a participação das mulheres na PEA passou de 36% para 39%, o que indica uma forte tendência de pressão ao mercado, embora tivesse havido forte retração das oportunidades de emprego nestes mesmos anos. Outra conclusão importante está ligada ao grau de informalidade que, apesar de ter crescido para ambos os sexos entre os anos 90 e 93, com índices que passaram de 43% para 48%, foi ainda mais acentuado no caso das mulheres (de 47,38% para 52,22%) do que no dos homens (de 40,13% para 44,63%). Nos primeiros anos da década de 1990, portanto, as mulheres ficaram mais expostas à informalização do emprego. Para Lavinias, este fator indicava que a taxa de desemprego feminino se desligaria do masculino registrando uma diferença mais evidente, de certa forma, influência da progressiva reestruturação produtiva e dos ajustes em curso, inclusive no setor público. A disputa por postos entre os sexos se tornava mais acirrada visto que se prolongava uma retração do assalariamento e do emprego industrial, evidentemente masculino, com o deslocamento dos trabalhadores para o setor de serviços, onde a presença feminina tornava-se crescente e visível.

Arriagada (2000) observou que, diante da terciarização do mercado, em 1997, no setor de serviços havia uma oscilação entre 65,9% (Brasil) e 33,6% do total de emprego feminino urbano e, uma proporção importante do mesmo correspondia ao emprego doméstico. O setor de comércio e o manufatureiro também concentravam mão-de-obra feminina e masculina urbana. No setor de serviços, as mulheres encontraram grande abertura cujas oportunidades estavam associadas a uma escala social e educativa. Postos mais bem remunerados e que demandavam nível de instrução muito elevados, contudo, encontravam-se preenchidos por homens. As mulheres se concentravam no outro extremo, em serviços como os do setor doméstico, pior remunerado e precarizado.

Constituinte desses processos de transformação econômica, desde a década de 70 e mais intensamente nas décadas de 80 e 90, foi a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades. Quanto mais instruídas, mais elas trabalhavam fora de casa, tendo condições de suprir os gastos com a infra-estrutura doméstica necessária devido a sua ausência no lar. Segundo Posthuma (1998), esperava-se uma maior remuneração no trabalho para as mulhe-

res mais escolarizadas; porém dados da PNAD 95 revelaram que na faixa mais alta de escolaridade (15 anos de estudo e mais), 85% dos homens recebiam mais de 5 (cinco) salários mínimos contra apenas 66% das mulheres. As diferenças educacionais entre os sexos não explicam satisfatoriamente as diferenças de rendimento, apontando a necessidade de considerar outros elementos econômicos, sociais e até legais. Se a ênfase educacional pode se tornar um divisor de águas para homens e mulheres no mercado de trabalho, o fato é que as mulheres enfrentam maiores resistências a seu aproveitamento.

Para a mão-de-obra feminina, seja qual for o recorte analítico que se faça, considerando os níveis de escolaridade ou qualificação profissional, o tipo de contrato de trabalho ou a forma de inserção na ocupação em comparação com a força de trabalho masculina, no âmbito do trabalho, verifica-se sempre uma posição de desvantagem em quase todos os indicadores. Além de se constatar, na literatura, que no mundo do trabalho os papéis entre homens e mulheres ainda encontram-se profundamente segregados (Posthuma, 1998). Não obstante, cabe registrar que, segundo Crompton (1994), as feministas têm argumentado que os processos de formação de classes e a emergência em sociedades modernas — a divisão do capital e trabalho o qual lida como o desenvolvimento da burguesia e a massa proletária — foram intimamente envolvidos com o processo paralelo da diferenciação de gênero. Parte das estruturas ocupacionais que emergiram nas sociedades industriais entre os séculos XIX e XX cresceu sob a divisão do trabalho em que mulheres tinham responsabilidades sobre o lar e os homens sobre o sustento do lar. Portanto, estes seriam mais especializados no mercado de trabalho. Atualmente, as mudanças recaem sobre as mulheres casadas, as quais cada vez mais se incorporam ao mercado de trabalho, o que tem sido importante para a análise de classes (Crompton, 1994; Goldthorpe, 1983).

Além dessas questões, no século XX, as oportunidades de adquirir bens e postos de trabalho mais bem remunerados no mercado apresentaram uma oscilação das posições dentro da estrutura social decorrente de mecanismos próprios das relações entre os indivíduos e a sociedade. No que tange, também, às novas exigências do mercado, da economia, que estão dentro do aparato tecnológico, estes têm reforçado a procura de mão-de-obra cada vez mais qualificada, eliminando muitos sujeitos nessa fronteira entre homens e mulheres. Mas, em que pesem tanto direitos adquiridos e expressiva presença das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres em relação aos homens, no final do século XX, encontravam-

se ainda em posição de desvantagem em quase todos os indicadores.

Metodologia

Qualquer perspectiva teórica que analise uma estrutura social, considera o trabalho na sua formulação. O modo como o trabalho é compreendido torna-se uma das diferenças importantes entre as diversas perspectivas. Nesse sentido, a estrutura social será apreendida, a título de nossa análise, a partir da categoria trabalho e será operacionalizada através da variável ocupação existente nas bases de dados das pesquisas domiciliares no Brasil. Para tanto, será utilizada a classificação definida

são empregados ou empregadores; por decorrência disso, se exercem função de direção ou não; 2. tipo de operações que são realizadas pelos indivíduos, se é trabalho manual ou trabalho não-manual, se as atividades requerem qualificação ou não; 3. a atividade econômica da ocupação e, por decorrência, a natureza dessas atividades econômicas, se são modernas ou tradicionais.

Além desses critérios, também são considerados o nível de renda monetária, a escolaridade dos indivíduos e se exercem sua ocupação em atividade pública ou privada como filtros para essa classificação. Com base nesses critérios, foram agrupadas oito categorias ocupacionais: Dirigentes, Profissionais, Pequenos Empregadores, Ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário, Trabalhadores do Secundário, Trabalhadores do Terciário Não-Especializado e Agricultores.

O Observatório das Metrôpoles já empreendeu vários estudos baseados nas Categorias Sócio-ocupacionais a partir dos dados dos Censos Demográficos, que são realizados pelo IBGE. No entanto, é a primeira vez que utiliza dessa classificação para realização de estudos a partir dos dados da PNAD. A PNAD é um tipo de pesquisa domiciliar amostral que, por ter propósitos múltiplos,



investiga diversas características socioeconômicas, mas não é realizada durante o ano em que se tem o Censo Demográfico (contagem de toda a população), feito pelo IBGE. Como a PNAD é rotineiramente empregada em análises descritivas, e como este é um estudo exploratório, as técnicas aplicadas foram, basicamente, cálculos de taxas absolutas.

pelos Observatório das Metrôpoles para se compreender a estrutura ocupacional em que estão inseridos homens e mulheres nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

As Categorias Sócio-ocupacionais que permitiram esta análise de inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho foram elaboradas, por um lado, segundo a perspectiva de espaço social (P. Bourdieu) e, por outro, segundo a concepção de Renda Real (D. Harvey). Os critérios adotados para classificação da variável ocupação que permita a elaboração das Categorias Sócio-ocupacionais procuram considerar os princípios teóricos mencionados – espaço social e renda real: 1. “posição de comando”, se os indivíduos

Os Anos 2000 e a Dinâmica Sócio-Ocupacional do Trabalho Feminino nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador, à luz dos Dados Domiciliares da PNAD

No século XXI, no Brasil, apesar das acentuadas mudanças em sua estrutura econômica e social, ainda persistem desigualdades que continuam impedindo o que podemos chamar de chances de vida na traje-

tória ocupacional dos indivíduos. Embora dados recentes revelem a diminuição das desigualdades, não podemos esquecer que as mesmas são caracteristicamente multidimensionais e multifacetadas neste país. Alguns estudos na área de mobilidade mostram que a estrutura de classes brasileira é extremamente rígida e marcadamente desigual (Scalon, 1999). Este é um quadro que leva não só à reprodução, mas também ao recrudescimento das desigualdades de oportunidades.

Isto quer dizer que as desigualdades, nestes aspectos, podem ser produzidas quando as posições ocupadas passam a ser definidas por características adscritas ou adquiridas e quando as recompensas (que podem ser traduzidas pela renda) pela posição ocupada são desiguais. Segundo Scalon (2004), é conhecendo as estruturas sociais de uma sociedade que se pode identificar o que permeia as relações entre as classes e seus estratos, sendo possível observar que uma sociedade pode ser tão desigual ou injusta quanto melhor ou pior for a distribuição dos indivíduos pelos diversos estratos que a estruturam.

No Brasil, as mudanças no mercado de trabalho vêm ocorrendo, mas de forma moderada, seguidas de perto por uma acelerada urbanização das cidades e conseqüente expansão das áreas metropolitanas e crescimento econômico do país. Sem deixar de perpetuar, claro, seu quadro de exclusão social e desigualdades, em especial, sobre o trabalho das mulheres que continuam praticamente circunscritas a ocupações tipicamente femininas ou compatíveis com os trabalhos domésticos como: professora, enfermeira e secretária e outras.

Condição de Atividade Econômica e de Ocupação para Homens e Mulheres no Brasil e nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador

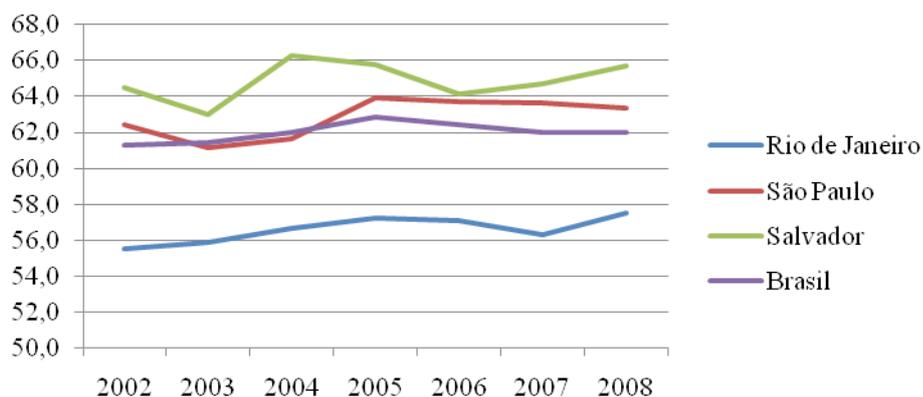
Analisando-se o mercado de trabalho no Brasil, segundo dados da PNAD, o país, no começo da década, em 2002, apresentou uma população em idade ativa (pessoas de 10 anos ou mais de idade) de 141,8 milhões. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, juntas, registraram no mesmo ano 27,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 19,4% da PIA do país, praticamente um quinto; em 2008, a população em idade ativa do país foi registrada em 160,5 milhões e a daquelas três regiões

metropolitanas vistas em conjunto correspondeu a 36,6 milhões de pessoas, representando a 18,8% da PIA nacional. Observa-se que nesse período a participação das três regiões metropolitanas, em conjunto, apresentou recuo, o que correspondeu a uma menor variação percentual do que a verificada no país. Porém, quando se considera cada uma das regiões metropolitanas em separado, verifica-se diferenças significativas, sobretudo, entre a metrópole nordestina e as metrópoles do sudeste. Enquanto a variação percentual da PIA de Salvador foi de 18%, a variação percentual de São Paulo foi de 9,7% e do Rio de Janeiro 7%.

Quando se analisa a população economicamente ativa, observa-se que no Brasil, em 2002, havia 86,9 milhões de pessoas e, em 2008, 99,5 milhões, o que correspondeu a uma variação percentual de 14,4%, nesse período. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, em conjunto, possuíam, em 2002, 16,6 milhões de pessoas e, em 2008, 18,6 milhões, que significou uma variação percentual de 12,1%, pouco abaixo que a do Brasil. Porém, quando analisadas cada uma das regiões metropolitanas separadamente, observa-se que enquanto Salvador teve uma variação percentual de 20,2% no período de 2002 a 2008, São Paulo teve 11,3% e o Rio de Janeiro 10,8%. O que mais uma vez contrasta o comportamento do mercado de trabalho entre a metrópole nordestina e as metrópoles do sudeste.

Nesse sentido, fica evidente que a taxa de atividade de Salvador apresenta uma curva mais elevada que das demais regiões metropolitanas bem como do Brasil, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Porém, surpreende o fato de constatar que a taxa de atividade da região metropolitana do Rio de Janeiro seja tão baixa em relação às outras metrópoles. De qualquer modo, as oscilações ao longo da década não foram muito diferentes entre as regiões metropolitanas e em relação ao país.

Gráfico 1: Taxa de atividade das regiões metropolitanas - 2002 a 2008



Fonte: PNAD/IBGE - 2002 a 2008. Tabulação própria.

Como podemos observar na Tabela 1, entre os anos de 2002 e 2008, a taxa de atividade de homens e mulheres no Brasil foi em média de 73% para os homens e 51% para as mulheres. No conjunto das Regiões Metropolitanas, a RM de Salvador apresentou em 2002 maior taxa de atividade para as mulheres (57,4%), resultado maior que o total para Brasil (50,3%), enquanto a RM de São Paulo ficou com a maior taxa de atividade para os homens (73,2%), resultado igual ao percentual de atividade verificado no país (73,2%). Em 2008 a RM de Salvador continuou registrando maior taxa de atividade para as mulheres (59,7%), resultado que superou mais uma vez a taxa de atividade de mulheres para o Brasil (52,2%); ao mesmo tempo a RM de Salvador obteve maior taxa de atividade para homens (72,6%), seguida pela RM de São Paulo (72,5%) e Brasil (72,4%). Já a RM do Rio de Janeiro apresentou tanto no ano de 2002 como no de 2008, entre as metrópoles e Brasil, menor percentual de homens e mulheres economicamente ativas. Registre-se que entre os anos as oscilações percentuais foram discretas e que a taxa de atividade das mulheres em relação ao grupo dos homens ainda é menor em que pese o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo, em áreas urbanas. Nesse caso, ainda podemos indicar fatores econômicos que influenciam a posição das mulheres na hierarquia da produção e os não-econômicos que operam de forma autônoma sobre as práticas das mulheres nas famílias, suas prá-

ticas com relação ao trabalho e aos empregos.

Ao analisar a participação da população ocupada no mercado de trabalho no Brasil e nas Regiões Metropolitanas em 2002, a RM de Salvador apresentou menor participação de homens (44,1%) e mulheres (36,6%) ocupados no mercado de trabalho. A RM do Rio de Janeiro registrou maior participação de homens (50,6%) ocupados e as outras RMs, maior participação de mulheres (38,3%) ocupadas no mercado de trabalho, resultado muito próximo, mas abaixo do percentual, do que estava ocorrendo em todo o Brasil (Homens: 53,3%; Mulheres: 37,5%). Em 2008, as outras RMs seguidas da RM de São Paulo apresentaram maior percentual de participação de mulheres ocupadas no mercado de trabalho (41,1%; 40,4%; respectivamente). A RM de Salvador melhorou seu percentual de participação de mulheres ocupadas (39,9%) ao longo dos anos, superando inclusive o registrado para Brasil (39,4%), no ano de 2008. Ainda em 2008, a RM do Rio de Janeiro registrou maior percentual de participação de homens (51%) no mercado de trabalho, ficando atrás apenas do resultado para o Brasil (53,5%) (Tabela 2).

Referindo-se ainda aos resultados acima, podemos avaliar que as diferenças na participação entre homens e mulheres ainda são visíveis, contudo, não parecem estáticas, mas completamente dinâmicas. Evidentemente, há outros fatores ligados à expansão do trabalho feminino e à necessidade econômica, um exemplo deles é algo que se intensificou com a

Tabela 1: Taxa de atividade de homens e mulheres de 10 anos e mais de idade no Brasil e nas regiões metropolitanas - 2002 a 2008

Ano	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Brasil/Metrópoles/Sexo														
Brasil	73,2	50,3	72,9	50,7	73,2	51,6	73,6	52,9	72,9	52,6	72,4	52,3	72,4	52,2
RM de Salvador	72,8	57,4	71,3	55,6	73,3	60,3	73,4	59,1	71,9	57,6	72,2	58,1	72,6	59,7
RM do Rio de Janeiro	67,9	45,2	68,0	45,6	67,5	47,4	68,6	47,4	68,1	47,9	66,6	47,4	68,4	48,2
RM de São Paulo	73,2	52,7	71,3	52,1	71,9	52,6	73,3	55,8	72,8	55,7	72,2	56,1	72,5	55,0
Outras RMs*	71,4	51,7	69,9	51,0	71,0	52,8	71,4	54,0	71,1	53,6	71,7	54,2	71,0	54,0

Fonte: PNAD/2002-2008. Tabulação Própria.

H = Homem/M = Mulher.

* Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal.

Tabela 2: Participação de homens e mulheres ocupados de 10 anos e mais de idade no Brasil e regiões metropolitanas - 2002 a 2008

Ano	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Brasil/Metrópoles/Sexo														
Brasil	53,3	37,5	52,9	37,4	53,0	38,1	52,5	38,2	52,7	38,9	53,0	38,9	53,5	39,4
RM de Salvador	44,1	36,6	44,7	35,5	43,5	37,2	45,6	36,8	44,8	38,7	46,3	38,5	45,9	39,9
RM do Rio de Janeiro	50,6	37,2	49,8	36,6	49,7	38,4	50,2	37,2	49,5	38,4	50,6	38,8	51,0	39,1
RM de São Paulo	49,5	37,0	48,0	37,4	48,3	37,7	47,8	38,8	49,1	38,9	48,7	40,5	50,6	40,4
Outras RMs*	49,5	38,3	49,3	38,3	49,0	38,9	48,8	38,9	49,3	40,0	49,5	39,8	50,2	41,1

Fonte: PNAD/2002-2008. Tabulação Própria.

H = Homem/M = Mulher.

* Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal.

Tabela 3: Taxa de desocupação de homens e mulheres de 10 anos e mais de idade no Brasil e regiões metropolitanas - 2002 a 2008

Ano	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Brasil/Metrópoles/Sexo														
Brasil	7,4	11,6	7,8	12,3	6,8	11,7	7,1	12,2	6,4	11,0	6,1	10,8	5,2	9,6
RM de Salvador	15,8	23,1	16,3	23,8	15,3	23,6	13,1	22,5	13,2	20,0	11,4	19,5	10,6	18,0
RM do Rio de Janeiro	9,5	15,6	10,6	17,4	9,4	14,9	9,6	16,6	8,9	15,9	7,6	14,2	6,9	13,6
RM de São Paulo	11,2	16,3	12,6	17,1	11,7	16,7	10,8	16,4	9,0	15,6	8,7	13,3	6,7	11,7
Outras RMs*	10,3	14,5	10,5	14,7	9,7	14,9	9,9	15,0	8,6	13,3	8,4	13,3	6,8	11,0

Fonte: PNAD/2002-2008. Tabulação Própria.

H = Homem/M = Mulher.

* Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal.

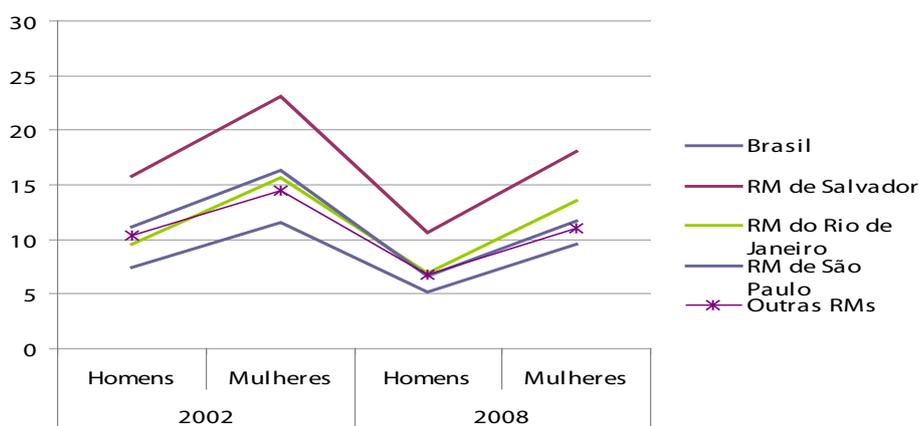
deterioração dos salários dos trabalhadores, obrigando as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar, sendo que não só as mais pobres entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas e das camadas médias. Em segundo lugar, podemos enfatizar a crescente urbanização do país, responsável pela transferência de milhares de pessoas do campo para a cidade e o ritmo acelerado da industrialização favorável à incorporação de novos trabalhadores, incluindo os do sexo feminino. Um terceiro fator refere-se às mudanças nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher. Para tanto, temos que olhar para as contribuições relativas aos movimentos feministas e para a presença feminina cada vez mais presente nos espaços públicos, dando novo ritmo às demandas e agendas de trabalho. Um quarto fator a destacar é a queda da fecundidade, devido, sobretudo, ao acesso da mulher a métodos como pílula e laqueadura, o que levou à redução do número de filhos por mulher, principalmente nos grandes centros urbanos, permitindo, assim, que as mulheres trabalhassem fora de casa; e por fim a expansão da escolaridade e acesso das mulheres às universidades.

Com relação à desocupação, no grupo das metrópoles, em 2002, a RM de Salvador apresentou a maior taxa de desocupação de mulheres (23,1%) e, também, de homens (15,8%). No mesmo ano, foi encontrada na RM do Rio de Janeiro a menor taxa de desocupação para as mulheres (15,5%), e para homens (9,5%), percentuais, porém, significativamente maiores que os de desocupação para mulheres e homens no Brasil (11,6% e 7,4%; respectivamente). Em 2008, a RM de Salvador continuou registrando maior taxa de

desocupação para mulheres (18%) e para homens (10,6%), apesar, como podemos observar na Tabela 3, da queda de 5,1 pontos percentuais na taxa de mulheres desocupadas e 5,2 pontos percentuais na taxa dos homens desocupados, no referido ano. Ainda em 2008, em relação ao Brasil, a RM de Salvador ainda apresentava praticamente o dobro da taxa de desemprego tanto de homens quanto de mulheres, porém, com resultado melhor que 2002. Já a RM de São Paulo apresentou menor taxa de desemprego para homens (6,7%) seguida pelas outras RMs (6,8%) e RM do Rio de Janeiro (6,9%); a menor taxa de desemprego para as mulheres ficou nas outras RMs (11%) e RM de São Paulo (11,7%), em 2008.

Os resultados revelaram ainda que apesar da queda da taxa de desemprego entre os anos nas RMs de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, esta ainda permanecia acentuada em relação à taxa de desemprego para o Brasil (Gráfico 2).

Gráfico 2: Taxa de desocupação de homens e mulheres de 10 anos e mais de idade no Brasil e regiões metropolitanas - 2002 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE - 2002 a 2008.

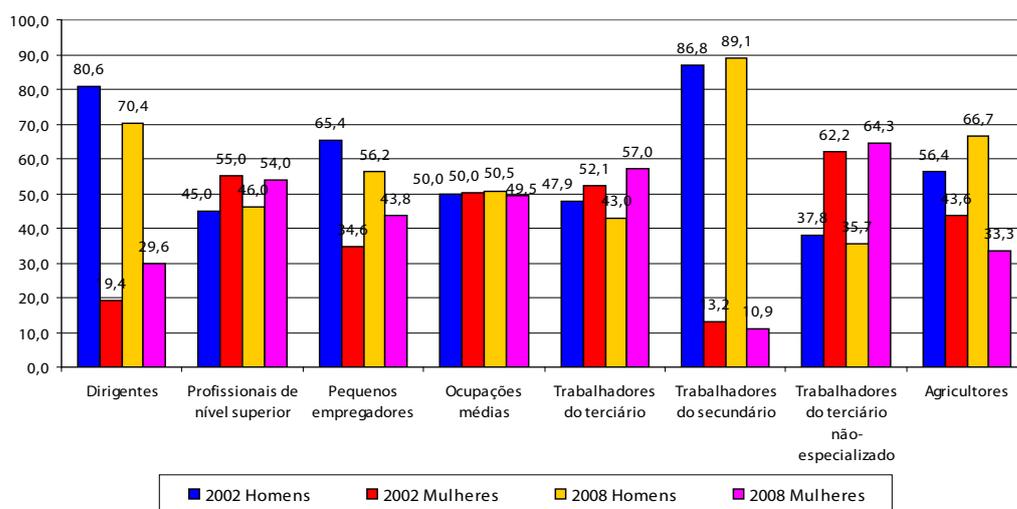
Com relação à estrutura da distribuição percentual de homens e mulheres ocupados em 2002 e 2008 nos 8 grupos Sócio-ocupacionais já definidos na metodologia, percebe-se que, segundo o Gráfico 3 (pág. 33), na RM de Salvador, dentre as ocupações

as quais as mulheres mais se destacaram, podemos nos referir ao grupo de Profissionais de nível superior, onde as mulheres correspondiam a 55% das ocupadas em 2002 e 54% em 2008; seguindo-se de outros grupos, tais como o de Trabalhadores do terciário, cujo percentual de mulheres era de 52,1% em 2002 e 57% em 2008 e, também, Trabalhadores do terciário não-especializado, no qual estas se destacariam com 62,2% de mulheres ocupadas em 2002 e 64,3% em 2008.

Observa-se, no Gráfico 4, que a estrutura da distribuição percentual de homens e mulheres ocupados em 2002 e 2008, na RM do Rio de Janeiro, não diferiu significativamente do que foi encontrado na RM de Salvador. As mulheres, nesta RM, apresentaram maior inserção ocupacional nos grupos de Profissionais de nível superior com 51,8% em 2002 e 55,8% em 2008 de ocupadas; seguidas pelo Trabalho no terciário, inclusive com uma ligeira queda percentual - mas sem significante diferença em relação aos homens - de ocupadas, 47% em 2002, e recuperação em 2008 passando a ter 53% de mulheres ocupadas neste grupo (ver Anexo 2). O Gráfico 5 (pág. 34), mostra que a inserção ocupacional de mulheres na RM de São Paulo entre os referidos anos, foi muito semelhante ao que aconteceu nas RMs de Salvador e Rio de Janeiro. Na RM de São Paulo, o percentual de mulheres em ocupações Profissionais de nível superior era de 56,6% em 2002 e 54,3% em 2008; enquanto as mulheres no grupo dos Trabalhadores do terciário em 2002 eram 51,8%, passando em 2008 para 54,7% de ocupadas; e no terciário não-qualificado observamos um percentual alto de 61,8% de mulheres ocupadas neste grupo em 2002 e 62,9% em 2008.

Em linhas gerais, pode-se acrescentar que nas três Regiões Metropolitanas também houve um relativo crescimento do número de mulheres no grupo de Pe-

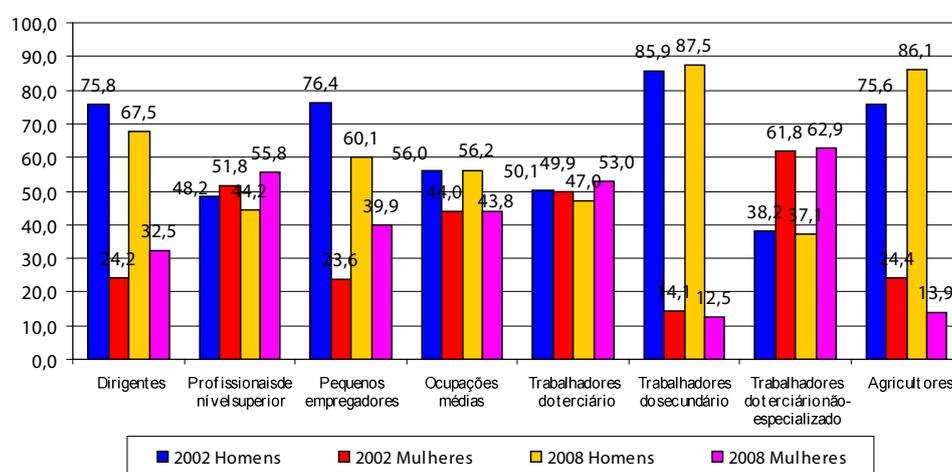
Gráfico 3: Percentual de homens e mulheres segundo a categoria sócio-ocupacional na RM de Salvador 2002 e 2008



Fonte: PNAD/2002 e 2008.

quenos empregadores, sobretudo na RM de Salvador, apesar deste tipo de grupo ter uma representatividade maior de homens e não de mulheres no mercado de trabalho. Como nos mostra Costa (2009), a grande dificuldade das mulheres filhas de pais (homens) se inserirem em ocupações do tipo Empregador estaria no fato de que estas se destinariam não a substituir

Gráfico 4: Percentual de homens e mulheres segundo a categoria sócio-ocupacional na RM do Rio de Janeiro 2002 e 2008



Fonte: PNAD/2002 e 2008.

seus pais nesse tipo de ocupação (e sim os filhos homens), seguindo nos estudos por mais tempo para se inserirem, principalmente, em “ocupações do tipo femininas”, como vimos constatando pelos dados desta pesquisa.

É interessante destacar também que há uma expansão do emprego feminino identificada pelo aumento considerável de vagas no setor do comércio e na indústria, apesar de um maior contingente de trabalhadores homens. Outro setor em expansão, mar-

cado pela presença de mulheres, é o emprego público, incluindo atividades de ensino, saúde e previdência, destacando-se os profissionais de nível superior, como constatamos nos gráficos 3, 4 e 5 acima, nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, no que se refere ao desemprego, sobretudo o de mulheres, este tem relação, em parte, com a persistente divisão sexual do trabalho, a qual direciona muitas vezes as trabalhadoras para os guetos ocupacionais, que acabam se expandindo, principalmente, durante as crises econômicas, como é o caso do setor terciário não-especializado ligado à prestação de serviços, e, também, onde se encontram alguns dos empregos informais, de mais baixo prestígio e remuneração.

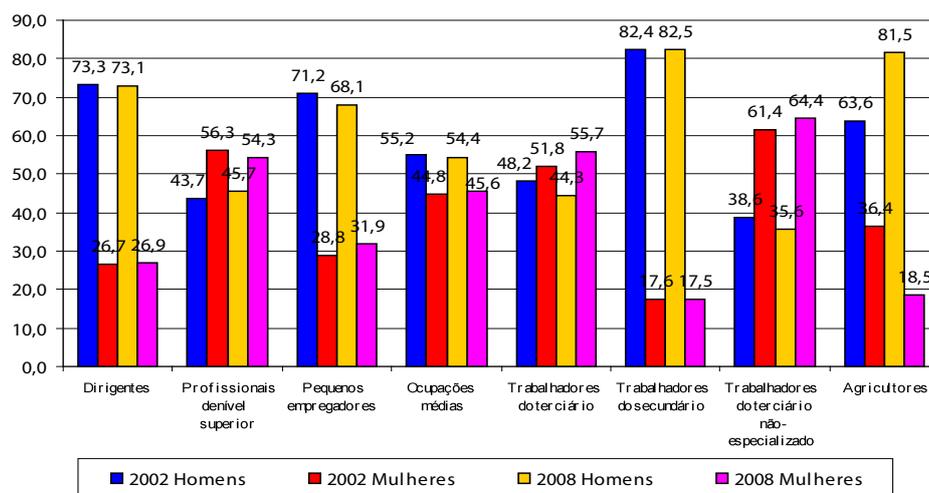
Conclusão

De acordo com Bruchini (1994), Lavinas (1996) e outros autores, a tendência era de que ao longo dos anos 90 as mulheres estariam ampliando seu espaço no mercado de trabalho, fato que estaria relacionado à progressiva reestruturação produtiva e aos ajustes de empregabilidade, inclusive, no setor público. Para Póstuma (1998), a escolaridade e qualificação destas mulheres para o trabalho a partir dos anos 90, foi um fator essencial para que o mercado as absorvesse como mão-de-obra, reduzindo assim sua taxa de inatividade, embora a escolaridade não garantisse igualdade de rendimentos.

Pelos resultados deste estudo, observamos que essa tendência de ampliação da força de trabalho feminino continua nos anos 2000, especialmente nos mercados metropolitanos de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, a taxa de atividade das mulheres em relação ao grupo dos homens ainda é menor. Nesse caso, ainda podemos indicar fatores econômicos que influenciam a posição das mulheres na hierarquia da produção e os não-econômicos, que operam de forma autônoma, sobre as práticas das mulheres nas famílias, suas práticas com relação ao trabalho e aos empregos.

No que se refere ao estudo de Lavinas (1996), esta já tinha chamado a atenção para o fato de que as mulheres estavam ocupando mais postos de trabalho no setor formal, diminuindo sua participação em serviços domésticos mal remunerados ou mesmo

Gráfico 5: Percentual de homens e mulheres segundo a categoria sócio-ocupacional na RM de São Paulo 2002 e 2008



Fonte: PNAD/2002 e 2008.

não-remunerados, onde elas se constituíam como força de trabalho principal nos anos 90. Porém as mulheres ainda estariam expostas à informalização. Tal resultado que também observamos neste estudo, revelou que apesar da absorção mais intensa nos últimos anos da mão-de-obra feminina em ocupações de melhor prestígio nas metrópoles, estas ainda estavam concentradas em ocupações no terciário, sobretudo, o não-qualificado e informal. Evidentemente, estas ocupações tidas como “trabalhos de mulher” são consideradas de menor prestígio e acabam gerando guetos ocupacionais que se expandem, sobretudo quando as crises econômicas se intensificam como é o caso do setor terciário não-especializado ligado à prestação de serviços, e, também, onde se encontram alguns dos empregos informais, de mais baixo prestígio e remuneração.

Mas, apesar dos homens ainda se configurarem como maioria dentre os trabalhadores no mercado de trabalho, as mulheres podem superar esse quadro à medida que estas se consolidem em trabalhos fora do lar, optem pela maternidade mais tardiamente e aumentem seu interesse em construir uma carreira, estudando por mais tempo. Podemos supor que essas tendências mudariam as chances destas mulheres dentro de suas próprias carreiras, e estas não dependeriam mais das carreiras dos seus maridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano. In: Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut- nº 11-São Paulo. 1998.
- ARRIAGADA, Irma. Globalización y Terceirización:



¿Oportunidades para la Feminización de Mercados y Políticas?. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 18, Set. 2000, p. 9-24. 2000.

BRUSCHINI, C.. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, RJ. CIEC/ECO/UFRJ. Nº especial, 2º sem./1994. P. 179. 1994.

BOLETIM DIEESE. Mulheres Representam 70% dos Trabalhadores em Condições de Pobreza. n 195, ano XVI, Junho de 1997. p. 18-23. 1997.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. 6ª ed. Papiurus: Campinas/SP. 2005.

CROMPTON, R. *Class and Stratification*. London, Polity Press. 1994.

COSTA, L. G. Mobilidade e Inserção Ocupacional para Homens e Mulheres Migrantes e Não-Migrantes no Brasil (1988 e 1996): explorando relações com a cor, a idade e a escolaridade. Tese/IUPERJ/RJ. <http://www.iuperj.br/biblioteca/teses/lygia%20goncalves%20costa.pdf>. 2009.

GOLDTHORPE, J. H. "Women and class analysis: in defence of the conventional view", *Sociology*, 17 (4), pp. 465-78. 1983.

HARVEY, D. *A Justiça Social e Cidade*. Hucitec: São Paulo. 1980.

HIRATA, H. Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência, In: FERRETTI, Celso João. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. 6ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora Vozes. P. 124-142. 2000.

LAVINAS, L. *Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete*. Mimeo. 1996.

POSTHUMA, A. C. Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina, In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro. P. 21-3. 1998.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD/IBGE-2002-2008.

REYGADAS, Luis. *Fábricas con Aroma de Mujer. Las Nuevas Culturas del Trabajo Vistas desde la Óptica de Género*, In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro. P. 83-100. 1998.

SZELÉNYI, Szonja The "woman Problem" in the stratification theory and Research. *Social Stratification in Sociological Perspective*. 2001.

SCALON, M. C. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan. 1999.

_____. *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

SILVA, E. B. Teorias sobre Trabalho e Tecnologias Domésticas. Implicações para o Brasil, In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro. P. 21-38. 1998.



ENTREVISTA

Fernando De Torres

*Engenheiro Agrônomo
- professor aposentado
da Universidade de la
República e professor
integrante da Unidade
de Estudos Cooperativos
(UEC) - Servicio Central
de Extensión y Actividades
en el Medio (SCEAM), na
mesma universidade.*

fernandodetorres@hotmail.com

Cooperativismo Habitacional

uma experiência de vida

O interesse pelo estudo do cooperativismo habitacional no Brasil ganha maior importância por ser este não apenas uma alternativa possível para a produção e aquisição da moradia, mas também, por introduzir uma forma coletiva de se pensar essa questão. A origem desse movimento cooperativista se encontra nas cooperativas habitacionais do Uruguai, tanto em termos de organização como na forma de produção da moradia.

O entrevistado Fernando del Torres é engenheiro agrônomo e professor aposentado da Universidade de La República (universidade nacional do Uruguai). Na década de 1960, participou do forte movimento cooperativista, que resultou na produção de muitas moradias, dentro do princípio da propriedade coletiva, a partir das cooperativas habitacionais. Fernando é morador do primeiro conjunto habitacional construído a partir de cooperativas associadas à FECOVI, em Montevideu - o Complexo Boulevard. Atualmente, participa como convidado nas atividades de extensão universitária na universidade, auxiliando nos grupos voltados ao fomento e ao estudo do cooperativismo (Unidade de Estudos Cooperativos - UEC, pertencente ao Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio - SCEAM).

Essa entrevista foi realizada numa visita de campo organizada pela professora do IPPUR/UFRJ Luciana Correa do Lago, juntamente com as doutorandas Joisa Maria Barroso Soares e Paula Silva Gambim, para investigação das cooperativas habitacionais em Montevideu. A visita ocorreu entre os dias 17 e 25 de julho de 2010.

Por favor, nos fale um pouco da FECOVI.

Basicamente, dois grupos de pessoas socioeconomicamente distintas constituem os dois tipos de cooperativas que surgiram na década de 1960 (e permanecem até os dias de hoje): a FECOVI (Federación de Cooperativas de Vivienda por Ahorro Previo) e a FUCVAM (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ajuda Mútua).

A FECOVI é muito menor em número de cooperativas que a FUCVAM. A primeira tem em torno de 80 cooperativas inscritas, enquanto a última tem aproximadamente 500. Duas características principais diferenciam a FECOVI da FUCVAM.

Na FECOVI os cooperativados costumam ter emprego estável, uma melhor remuneração (professores universitários, empregados bancários, funcionários públicos, por exemplo) e mantêm vínculos com sindicatos trabalhistas. A produção habitacional na FECOVI se dá, exclusivamente, a partir de um financiamento do Banco Hipotecário do Ministério da Vivienda. Dentre as experiências de produção da moradia, há algumas realizadas através de financiamento bancário, mas as cotas (mensalidades) acabam se tornando muito altas dificultando a realização das obras.

Na FUCVAM os cooperativados costumam ser operários industriais e, também, estão vinculados aos diversos sindicatos. A produção habitacional na FUCVAM se baseia essencialmente no sistema da ajuda mútua.

Em geral, a FECOVI tem menor visibilidade que a FUCVAM, pois, a primeira tem um menor número de cooperativas e sua produção habitacional é menor. No entanto, o que muitos não sabem é que ambas se caracterizam pela propriedade coletiva da terra.

Você acredita que o valor coletivo é importante entre as pessoas que ingressam nas cooperativas?

O fato é que as pessoas que buscam as cooperativas vêm nela uma possibilidade de adquirir moradia, o que de outra maneira não seria possível. De qualquer forma, o tempo para se conseguir a aprovação do financiamento é muito longo, gira em torno de 10 anos, o que acaba tornando o processo muito complicado e dificultando a permanência ou, mesmo, o compromisso com a cooperativa.

Para mim, sobretudo, essa é uma opção de vida... uma possibilidade de exercer uma coisa que ideologicamente estou de acordo, na parte coletiva e na parte da gestão: soluções coletivas e de autogestão e não soluções individuais.

Há pessoas que preferem pagar e receber o imóvel já pronto do que discutir e coletivizar a tomada de decisão. Diferentemente, para mim, a discussão é parte de uma atitude, de uma postura de vida coletiva e cooperativa.

Atualmente em torno de 35% das pessoas que participam das cooperativas habitacionais são cooperativados originais. Há ainda um novo fenômeno que é a entrada de filhos desses cooperativados originais que retornam para os conjuntos e iniciam sua própria família, naquele mesmo do espírito coletivo em que um dia foram criados. Apesar disso, a maior

Essa é uma opção de vida (...) soluções coletivas e de autogestão e não soluções individuais.

parte dos novos ingressos busca apenas uma forma de adquirir habitação (sem preocupações ou objetivos coletivos). Daí surge o problema já que o sócio da cooperativa tem responsabilidades sociais com o grupo, tais como participar das reuniões e tomar parte das decisões da cooperativa, bem como estar pelo menos, em algum momento, participando dos conselhos diretivos e de gestão. Porém, muitos dos novos cooperativados não querem se envolver nessas atividades, o que resulta num conselho diretivo que não se altera muito, mantendo sempre o mesmo grupo de pessoas que se dispõe a participar.

O início da produção das cooperativas:

Em torno de 80% das cooperativas habitacionais foram criadas entre 1968 e 1973 (1974 marca o início da ditadura no Uruguai). Pode-se dizer que, dentre os financiamentos imobiliários realizados pelo Estado entre 1968-1973, aproximadamente 75% deles foram destinados às cooperativas habitacionais (em 1973 cessaram as concessões de crédito às cooperativas). Com efeito, os novos conjuntos habitacionais realizados através do cooperativismo, especialmente pela FUCVAM, estimularam a urbanização da cidade de Montevideu, impulsionando a criação de bairros inteiros desde o fim da década de 1960.

O que sustentava a idéia do cooperativismo em 1968? Havia uma cultura do cooperativismo naquele período que teria favorecido esse movimento? Havia uma inclinação ao cooperativismo?

Em geral, não. Essa cultura estava presente no am-

biente rural... Dentre as experiências há algumas muito sérias e outras nem tanto.

A origem do cooperativismo no Uruguai não é tão clara. Há indícios de uma influência chilena em áreas rurais do país. No entanto, duas vertentes ideológicas são mais comumente associadas à origem do cooperativismo habitacional na cidade. Por um lado, havia um forte momento anárquico no início do século passado, até meados de 1930. Por outro, a influência cristã no país, também parece ter sido importante. Na década de 1960 também foram muito importantes os partidos de esquerda, atuando, principalmente, junto às centrais sindicais.

Como foi possível o surgimento da propriedade coletiva no país?

Não sei dizer ao certo como se deu o processo que desembocou na criação da propriedade coletiva, mas ela surge (como lei) num momento histórico de transformação e agitação política (em 1968). Em 1967, as eleições para presidente são conquistadas pelo Partido Colorado (caracterizado pela burguesia urbana e industrial) em meio à forte participação política (pressão dos grupos de esquerda, com grande organização dos movimentos sindicais, os quais tinham como principal bandeira da defesa do direito à habitação) num ambiente de tensão pré-militarização (a partir de 1968). E é nesse momento confuso em que se abre espaço para a criação da lei.

Sobre a possibilidade de utilizar o cooperativismo na construção civil para construir as habitações das cooperativas habitacionais?

Primeiro, parece importante salientar que, tal como entendo, o cooperativismo no Uruguai é um setor sem vínculo, sem interação entre as diferentes cooperativas. Há diversas cooperativas (alimentos, artesanato, saúde, etc.), mas não há associação entre elas. Este é um dos problemas que precisa ser estudado para ser superado. As cooperativas pagam mais aos associados pelos serviços prestados. No mercado privado há maior exploração da mão-de-obra, conseqüentemente, o preço acaba sendo menor e, nesse sentido, são, também, os serviços ou produtos mais comprados.

Para além disso, não é possível compreender a produção das habitações nas cooperativas habitacionais de forma totalmente dissociada da lógica capitalista. Assim, ainda que existam cooperativas da construção civil, sua contratação pelas cooperativas habitacionais não é comum, pois, aquelas são prejudicadas pela questão da concorrência e do menor preço.

Sobre o Complexo Boulevard

O primeiro conjunto realizado pela FECOV, conta com 330 unidades residenciais distribuídas entre as três cooperativas habitacionais envolvidas no processo de produção da habitação: 130 destinados à AFAF (funcionários públicos); 110 à OLIMAR (bancários); e 90 à FLORIDA.

O projeto das unidades busca atender as variações no núcleo familiar (como previsto nas leis específicas): (1) 4 dormitórios; (2) 3 dormitórios + 7m² (um cômodo); (3) 3 dormitórios; (4) 2 dormitórios + 7 m² (um cômodo); (5) 2 dormitórios; e (5) 1 dormitório. Além disso, o conjunto se organiza a

Há diversas cooperativas (alimentos, artesanato, saúde, etc.), mas não há associação entre elas. Este é um dos problemas que precisa ser estudado para ser superado.

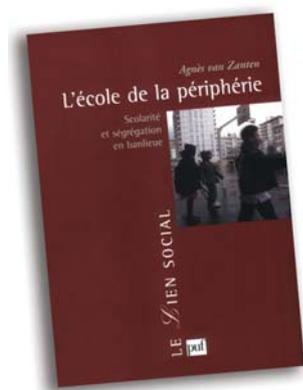
partir de espaços comunais e de uso público, possibilitando a realização de atividades sociais (Salão Multiuso, playground, centro da cooperativa – um para cada uma das três –, espaço de churrasqueiras e jardim) e garantindo a existência de serviços básicos no local (por exemplo, farmácia, mini-mercado, chaveiro, rede de pagamentos bancários). A definição das atividades que podem acontecer nesses espaços de serviços é aprovada pelos sócios da cooperativa e, normalmente, não há repetição de usos.

Não é possível compreender a produção das habitações nas cooperativas habitacionais de forma totalmente dissociada da lógica capitalista.

A cooperativa tem por função administrar o funcionamento do conjunto habitacional e o pagamento do financiamento habitacional, para tanto, conta com funcionários de áreas administrativas (secretário e contadores) e das áreas técnicas voltadas à manutenção de edificação (arquitetos e engenheiros). A fonte de rendimentos da cooperativa consiste de: (1) cotas dos associados (definidas em função do tamanho do núcleo familiar e da renda) – no caso do Complexo Boulevard, o financiamento já foi finalizado e, portanto, não há pagamento de cotas; (2) aluguel dos serviços e comércio; e (3) uso de garagem. ■

Perspectivas etnográficas da escolarização em uma periferia francesa

Por Cristiane Lasmar



VAN ZANTEN, Agnès. *L'École de La Périphérie: Scolarité et Ségrégation en Banlieue*. Paris, Puf, 2001. 423 págs. ISBN 2 13 051710 2

Cristiane Lasmar
cristianelasmar@gmail.com

É doutora em Antropologia e pós-doutora no Observatório das Metrópoles - IPPUR/ UFRJ, no âmbito do projeto Educação e Cidade.

Agnès van Zanten é um dos nomes mais importantes da sociologia da educação na França. E seu livro *A Escola da Periferia* é uma obra incontornável para os que se interessam pela correlação entre a segmentação territorial urbana e as desigualdades de acesso à educação. O tema central são os processos de segregação escolar em contextos urbanos periféricos.

O livro se baseia em uma longa pesquisa etnográfica em um *banlieue*¹ situado ao sul de Paris, cuja proposta foi iluminar o modo como a ação político-administrativa e a experiência dos diversos atores envolvidos na dinâmica educacional afetam e constituem as configurações escolares locais. A análise se desenvolve em três registros territoriais: o *banlieue*, a escola e a sala de aula. Porém, em primeiro plano, articulando essas três escalas etnográficas, estão a população e a realidade urbana da *cité* Zola. *Cité*, nesse contexto, designa uma localidade constituída em torno de grandes conjuntos de habitações sociais construídos a partir dos anos 50 para abrigar populações operárias ou imigrantes.

O livro se inicia com uma reconstituição histórica dos processos de desqualificação da *cité* Zola, entremeada por uma discussão sobre as repercussões desses processos na configuração de uma segregação urbana. A *cité* Zola localiza-se em um tipo histórico de *banlieue* conhecido como *banlieue rouge*. Governadas por municipalidades comunistas estabelecidas no entre-guerras, essas localidades funcionaram como verdadeiros modelos de vida comunitária e sociabilidade operária.

¹ O termo *banlieue* se refere a uma área de habitação contígua à de uma cidade importante, mas administrativamente autônoma. Em geral, o termo *banlieue* designa uma localidade pobre, densamente povoada. Contudo, é importante ressaltar que *banlieues* não são locais social ou economicamente desqualificados em todos os casos. Na periferia de Paris, por exemplo, há *banlieues* ricos e de classe média.

No fim dos anos 60, porém, passaram a ser estigmatizadas devido ao acúmulo de problemas como violência, delinquência e conflitos raciais.

Com a desorganização social desses locais, a classe média começou a abandoná-los, e os efeitos progressivos desse fenômeno levaram a uma diferenciação social e étnica do público escolar, que se tornou gradativamente mais homogêneo e socialmente desqualificado. Num movimento concomitante, observou-se uma tendência à distribuição hierarquizada dos professores pela rede de ensino. Visando limitar os efeitos desse processo, a partir dos anos 80 o Ministério da Educação Nacional criou medidas compensatórias territorializadas, notadamente as Zonas de Educação Prioritária (1981), que dotam as escolas periféricas de recursos adicionais e autonomia pedagógica para fazer face a suas dificuldades específicas, rompendo desse modo com o igualitarismo tradicional do sistema educacional francês.

Mas é importante ressaltar que, embora van Zanten considere a deterioração do sistema escolar local como resultado da desqualificação histórica do *banlieue*, a noção de van Zanten de escola periférica não se baseia em uma simples homologia entre a variável socio-espacial e a estruturação da atividade educativa. Por conceber o local como “uma construção social dotada de certa coesão interna e de autonomia relativa ao centro, embora estruturalmente conectada a este por relações de dominação e interdependência” (p. 19), a autora vai sustentar que as desigualdades de oportunidades educacionais resultam em ampla medida das práticas dos atores envolvidos nos processos escolares – diretores, professores, pais, alunos. A ação social torna-se, assim, o foco principal da análise.

Van Zanten começa por mostrar como as estratégias dos pais da *cit  Zola* vis à vis o processo de escolarização dos filhos afetam e são afetadas pelas dinâmicas escolares locais. Aqui se faz necessário um pequeno esclarecimento. Desde 1963, vigora na França o Mapa Escolar, um sistema que determina a matrícula dos alunos em uma escola situada no setor geográfico de residência. Mas atualmente é possível solicitar uma derrogação justificada por problemas de saúde, situações familiares específicas, entre outros critérios estabelecidos pela Administração. É nessa estreita margem de ação que se desenvolvem as estratégias² familiares de que trata van Zanten. Elas se dispõem num *continuum* definido pelo grau de agência

² Sobre o uso da noção de estratégia nessa discussão: “Essas práticas podem ser vistas como estratégias na medida em que testemunham uma reflexividade social (...), mas elas relevam mais de uma adaptação reativa aos constrangimentos locais que de um projeto previsto e organizado tendo em vista um objetivo específico” (p. 93-94).

das famílias para fazer face aos limites impostos pelo Mapa Escolar. Vão desde a retração, ou a passividade absoluta, praticada pelas famílias mais precarizadas, que expressam uma perspectiva fortemente localista em relação à escolarização dos filhos, até a desistência do local, ou seja, a fuga em direção a estabelecimentos de ensino considerados melhores tanto no plano da segurança e da socialização, quanto dos resultados escolares. Essa estratégia, desenvolvida por famílias de maior capital econômico e cultural, é frequentemente precedida por outra intermediária, a colonização, que consiste em militar nos estabelecimentos escolares locais, buscando instrumentalizar essa militância de modo a favorecer a carreira escolar de seus filhos enquanto não haja outro horizonte possível.

O ponto crucial é que, ao diminuir a diversidade social e étnica, a fuga dos alunos mais capacitados produz efeitos ‘perversos’ no sistema. Ela contribui para aumentar o fosso entre os estabelecimentos das zonas mais favorecidas e aqueles que acolhem as crianças provenientes de meios populares e imigrantes. E, como num círculo vicioso, esses efeitos são aprofundados pelas práticas que os próprios estabelecimentos desenvolvem para evitar a perda dos melhores alunos. Para reagir à pressão da clientela mais qualificada, os diretores costumam vender uma imagem da escola como isolada do bairro, investindo no reforço dos mecanismos de segurança e no gerenciamento interno dos problemas graves. Outra estratégia dos estabelecimentos consiste na criação de turmas de nível mais elevado (muitas vezes turmas bilíngües), compostas por alunos de melhor desempenho (e na maior parte dos casos de melhor origem social). Malgrado as diretivas oficiais ainda em vigor acerca da vocação universalista da escola pública francesa, essas turmas são um recurso amplamente utilizado na periferia. Van Zanten argumenta que, se, por um lado, as classes de nível mantêm a heterogeneidade – e seus efeitos benéficos – no nível do estabelecimento de ensino, elas a reduzem no nível da turma.

Para aprofundar a análise dos mecanismos que engendram as segregações escolares na periferia, a autora passa então a discutir as relações que se estabelecem entre os atores envolvidos na dinâmica escolar, começando pela análise do discurso dos professores e demais profissionais da educação acerca dos pais dos alunos. Ela nota ali uma ambigüidade flagrante: na perspectiva dos profissionais da escola, os pais são atores ao mesmo tempo centrais e marginais no processo de escolarização. Eles são responsabilizados pelos pré-condicionamentos que dificultam a incorporação da cultura da escola por parte dos alunos e são criticados por não supervisionar o trabalho esco-

lar no âmbito doméstico. O ceticismo em relação à capacidade dos pais de inflitirem o comportamento escolar dos filhos leva os profissionais da escola a assumirem um papel total.

Van Zanten discute de maneira detalhada as conseqüências da crise da normatividade escolar nos estabelecimentos de ensino secundário freqüentados pelos adolescentes da *cit * pesquisada. A idéia central   a seguinte. A ausência de normas a orientar a rela o professor-aluno, e a ideologia de inclusão e manuten o dos jovens das classes populares na escola a qualquer custo, solapam o modelo da autoridade inter-geracional na sala de aula. Se a autoridade requerida para a manuten o da ordem não se sustenta mais no estatuto de professor e adulto,   necessário então lançar mão de outros modos de influência. Os professores precisam abandonar a prote o do papel profissional, e se implicar enquanto pessoa, o que demanda equilíbrio pessoal e capacidade de reagir a uma multiplicidade de demandas. O resultado   a ado o de um modelo prático de a o baseado na lógica do aqui e agora, cujo corolário   a adapta o dos objetivos do programa ao nível dos alunos, e a flexibiliza o dos critérios de avalia o, que passam a focalizar mais o grau de motiva o do estudante do que o desenvolvimento de suas competências.

  tendo em vista esse cenário que se deve compreender a tese central de *A Escola da Periferia* acerca da rela o entre a estrutura o da atividade educativa e o baixo desempenho escolar dos alunos da periferia, a saber, que as desigualdades de acesso ao conhecimento escolar verificadas entre estabelecimentos periféricos e centrais não se explicam somente por desigualdades de recursos humanos e materiais. Segundo a autora, a desigualdade mais relevante seria aquela gerada pela discrepância entre o currículo oficial e o currículo real, aplicado diferencialmente pelos professores com base em suas próprias representa es sobre os alunos da periferia e suas famílias.

Por fim, passando   perspectiva dos alunos, van Zanten focaliza uma turma considerada "ruim". Ela sugere que as turmas que agregam os estudantes de pior desempenho funcionam como fábricas de atitudes desviantes em rela o às normas escolares e societárias. O argumento: na escola, os jovens da classe trabalhadora são confrontados, simultaneamente, com os ideais sociais legitimados pela escola – os valores da classe média (e dos professores) – e com a dificuldade de atingir esses ideais pelas vias sancionadas. A aloca o de alunos que compartilham disposi es anti-escola dentro das classes "ruins" potencializaria, assim, a emergência de sub-culturas oposicionais, por vezes virulentas, dentro do estabelecimento.

Um componente importante do caldo da contra-

cultura escolar produzida nas classes "ruins"   a questão étnica. Na ausência de um consenso em torno de valores e normas escolares, e tendo em vista a fragilidade de sua posi o no seio da sociedade francesa, os adolescentes de origem imigrante, principalmente os rapazes magrebinos³, tendem a interpretar como ataques pessoais as eventuais puni es recebidas na escola por mau-comportamento. Por não conceberem a escola como uma institui o com regras específicas, eles não distinguem claramente os julgamentos relativos   sua pessoa (e   sua origem étnica, tema sempre sensível) daqueles que se reportam ao seu estatuto de alunos. Podemos dizer, portanto, que se por um lado as normas em vigor na escola francesa favorecem a mistura étnica e a integra o, por outro lado produzem formas específicas de tensão que encorajam, por parte dos alunos, uma leitura racista das dificuldades que encontram.

Para finalizar a análise do processo de constru o das normas escolares e das tensões que ele suscita, van Zanten situa a experiência escolar dos adolescentes de *banlieue* dentro de um quadro de referências em que a escola e o bairro, enquanto instâncias integrativas, ocupam posi es mutuamente irreduzíveis. Ela mostra que embora a escola consiga, até certo ponto, incutir nos alunos valores e normas distintos dos da *cit *, não ocorre uma interioriza o de fato, tampouco uma transposi o desses valores e normas para o espaço extra-escolar. Nesse ponto, a análise de van Zanten nos faz retornar   velha questão durkheimiana acerca da fun o integrativa da escola e nos alerta que as decisões político-administrativas precisam estar ancoradas em um consenso acerca das diretrizes e objetivos da educa o escolar em massa.

A contribui o de *A Escola da Periferia* para o debate sobre a desqualifica o do sistema escolar das periferias francesas   dupla. Por um lado, o livro chama aten o para a participa o, nesse processo, dos diversos atores envolvidos na dinâmica escolar. De outro lado, demonstra que a dificuldade crucial de se estabelecer um consenso em rela o a regras e papéis deriva da rela o específica que a periferia entret m com o centro e vice versa. Nesse sentido, a no o de escola periférica deve ser entendida não como uma no o meramente descritiva, mas como um suporte an tico para a investiga o etnográfica do modo como as dinâmicas locais e as normas centrais se determinam mutuamente.

Por Cristiane Lasmar

³ O Magreb   uma região do continente africano que abrange várias ex-col nias francesas, como Marrocos, Argélia, Tunísia, Maur t nia.

A construção histórica da idéia de verdade a partir do ordenamento jurídico

Por David Souza



FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, Nau editora, 1996. ISBN 85-85936-26-6

David Souza
david.02@ig.com.br

Possui mestrado em sociologia (IFCS/UFRJ), é doutorando em sociologia pelo IUPERJ e professor de sociologia do Colégio Naval.

Reconhecer que a verdade é uma construção do homem e que esta se baseia no conhecimento e nas formas sociais (como as formas jurídicas, por exemplo) da mesma forma construídos, consiste no ponto chave das conferências de Michel Foucault. Sua intenção é demonstrar como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais. Foucault critica a posição tradicional do marxismo acadêmico, na qual “o sujeito de conhecimento, as próprias formas de conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se nesse sujeito definitivamente dado” (8). Seu objetivo se torna “mostrar como as práticas sociais podem engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (8). Foucault entende que o próprio sujeito de conhecimento tem uma história calcada em sua relação com os objetos, o que quer dizer mais claramente que a própria verdade tem uma história. Atenta ainda para o caráter lingüístico dos dados do discurso, identificando que o discurso muitas das vezes tem mais compromisso com características internas do campo de onde emana (literatura, ciência e direito, por exemplo) do que propriamente com uma verdade objetiva e incontestável. Desta forma, entende que não se deve analisar o discurso apenas em seu aspecto lingüístico, mas sim “como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (9). Tomando como base o conjunto de práticas judiciais, Foucault tenta demonstrar as formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a

verdade que merecem ser estudadas.

Foucault, ao analisar a fábula de Édipo, revela que o complexo a ela relacionado não seria uma verdade da natureza, mas um instrumento de limitação e coação que os psicanalistas, a partir de Freud, utilizam para conter o desejo e fazê-lo entrar em uma estrutura familiar definida por nossa sociedade em dado momento. “Édipo, segundo Deleuze e Guattari, não é o conteúdo secreto de nosso inconsciente, mas a forma secreta de coação que a psicanálise tenta impor na cura a nosso desejo e a nosso inconsciente. Édipo é um instrumento de poder, é uma certa maneira de poder médico e psicanalítico se exercer sobre o desejo e o inconsciente” (29/30). Foucault pretende aqui demonstrar como a tragédia de Édipo é representativa e instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, “de que nossa civilização ainda não se libertou” (31). O complexo de Édipo não diz respeito ao nosso inconsciente e ao nosso desejo. Para Foucault, tal complexo se dá, não em nível individual, mas em nível coletivo; não a propósito de desejo e inconsciente, mas de poder e saber. Para Foucault, mas do que uma fábula, a tragédia de Édipo é a história de uma pesquisa da verdade, visto que ela representa um dos primeiros testemunhos das práticas judiciárias gregas (ou de construção da verdade no âmbito do campo judiciário, como avaliado aqui) e de reconstrução de fatos ocorridos com base numa estrutura coercitiva e num aparato normativo (que, no caso, valorizava ainda explicações dos oráculos e dos adivinhos). Ponderada por interesses diversos, a verdade sucumbe, dando lugar a uma conturbada compilação de informações (todas as metades são juntadas a fim de se reconstruir o perfil total da história). A este ajuste de fragmentos, essa técnica de construção da verdade através das partes, os gregos chamam de “símbolo”, representado aqui por aquilo que Foucault convencionou chamar de “jogo das metades”, cujo efeito é a tentativa de reconstrução de um momento real, inviabilizada por uma divergência irrefutável de interesses e coordenada pelos excedentes de poder de uma das partes envolvidas: o poder sobressai no jogo de interesses de forma a determinar e ratificar a validade de uma história reconstruída. A transfiguração do discurso mágico ou profético de oráculos e adivinhos, atribuindo-lhe o caráter de testemunho e manipulando-o dentro das engrenagens jurídicas mostra que, no âmbito judiciário, a “verdade” está diretamente subordinada à imposição do poder propriamente dito. O poder de Édipo, tirano e solitário, é, nas palavras de Foucault, aquilo que se pode chamar de saber-e-poder ou poder-e-saber.

Na terceira conferência Foucault volta-se para a

identificação do que se poderia chamar de “formas racionais da prova e da demonstração: como produzir a verdade, em que condições, que formas observar, que regras aplicar. São elas, a filosofia, os sistemas racionais, os sistemas científicos” (54). Refere-se ao desenvolvimento de uma retórica interna ao campo jurídico (“a arte de persuadir”) e ao desenvolvimento de um novo tipo de conhecimento: “conhecimento por testemunha, por lembrança, por inquérito” (54), mecanismos e efeitos da estatização da justiça penal na idade média. Estas características estariam na base de significação de um modelo pioneiro de regulamentação social surgido na Grécia através de uma série de lutas e contestação política, determinando as bases das formas jurídicas ocidentais, alicerçadas por formas de saber consagradas (como a filosofia, o empirismo, etc.) e novas (como inquéritos e depoimentos). A evolução do direito ocidental tem como um dos principais capítulos a história do direito germânico, esboçado sobre as ruínas do império Romano. “O sistema que regulamenta os conflitos e litígios nas sociedades germânicas daquela época (após o contato com o império romano) é, portanto, inteiramente governado pela luta e pela transação; é uma prova de força que pode terminar por uma transação econômica” (57). Até que os aspectos mais racionais da vida ocidental se abatessem sobre as tentativas de ordená-la juridicamente, a tradição romano-germânica representou um grande laboratório de transformações, servindo como a base do direito feudal europeu.

A resignificação do inquérito (em relação ao seu significado original, cuja origem remonta ao direito grego) representou, em termos técnicos, um grande salto, como também a definição dos critérios de julgamento, com o aprimoramento da perspectiva de sentença. Porém, a construção social do direito é ponderada por passos adiante e passos para trás. “Enquanto o inquérito se desenvolve como forma geral de saber no interior do qual o Renascimento eclodirá, a prova tende a desaparecer. Dela só encontraremos os elementos, os restos, na forma da famosa tortura, mas já mesclada com a preocupação de obter uma confissão, prova de verificação” (75). Concluindo, “poderíamos dizer que o inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber” (77), ou, segundo coloca mais à frente, “o inquérito é uma forma de saber-poder” (78).

Num salto para o início do século XIX, Foucault, em sua quarta conferência, busca caracterizar a formação da sociedade disciplinar nos moldes de sociedade de direito, calcando-se, primeiramente, na reforma e reorganização do sistema judiciário e penal neste período nos países da Europa e do mundo, ape-

sar de não ter havido uniformidade cronológica ou de formas jurídicas posteriormente estabelecidas. No direito inglês, por exemplo, prevaleceu o caráter consuetudinário, ou seja, o direito costumeiro (tradição antagônica à tradição positivista). “Na Inglaterra, por exemplo, as formas de justiça permaneceram relativamente estáveis, enquanto que o conteúdo das leis, o conjunto das condutas penalmente repreensíveis se modificou profundamente” (80). As transformações dos sistemas penais consistiam numa reelaboração teórica da lei penal. O grande salto relaciona-se com o conteúdo da infração, que segundo legisladores e autores (como Beccaria e Brissot) relacionados à elaboração do 1º e do 2º código penal francês da época revolucionária, “a infração não deve ter mais nenhuma relação com a falta moral ou religiosa” (80). Cabe ressaltar o terceiro princípio encadeado nessa argumentação, referente ao crime: “O crime não é algo aparentado com o pecado e com a falta; é algo que danifica a sociedade; é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade” (81). O criminoso não mais deve ser vítima dos processos privados de vingança ou sanção, uma vez que o impacto de suas ações passa a ser social e este a constituir um inimigo da sociedade por caminhar na direção contrária à estabelecida pela sociedade de disciplina. O monopólio da sanção e da violência pelo estado re-

presentam, talvez, a etapa mais definitiva da construção do direito ocidental como conhecemos hoje. “A lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade” (81). Um último ponto que vale ser lembrado da teoria penal é referente à efetividade da instituição penal: para assegurar o controle dos indivíduos é necessário que a instituição penal não permaneça inteiramente em mãos de um poder autônomo: o poder judiciário.

Em sua última conferência Foucault vai em busca da definição do que chamou de panoptismo. O panoptismo está relacionado ao aspecto coercitivo da sociedade de direito, à devassidão da vida moderna frente às formas de vigilância e de controle. “Este triplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade” (103). Ao surgimento do panoptismo contrapõe-se uma certa teoria legalista, que diz respeito à uma quase exegese do conceito de punibilidade, na qual a possibilidade de punir emerge da infração de uma lei explícita, refere-se à consumação de uma infração. “No panoptismo a vigilância sobre os indivíduos se exerce ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer” (104).

Por David Souza

REALIZAÇÃO



APOIOS

